

ATribuna

WWW.ATribunaRJ.COM.BR

| ESTADO DO RIO DE JANEIRO | QUINTA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2021 | ANO LXXXV | Nº 35.457 | R\$ 2,00 |

BOLSONARO ACUADO



Envolto em uma série de denúncias sobre supostas irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin, Bolsonaro sofreu ontem mais um golpe, com um novo pedido de impeachment protocolado na Câmara. Elaborado por um grupo de juristas, o documento atribui 23 crimes ao presidente. **P3**

GRÁVIDAS PODEM TOMAR SEGUNDA DOSE DE OUTRA VACINA EM SG

PÁGINA 4

A TRIBUNA
97848.4642
DENUNCIE OPINE SUGIRA

VEREADORA QUER CRIAÇÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL EM SG

PÁGINA 3

FLORDELIS SOFRE MAIS UMA DERROTA NA JUSTIÇA

PÁGINA 6

ANTIGO CARTÃO DO VALE TRANSPORTE SÓ VALE ATÉ AMANHÃ

PÁGINA 5



Arquivo

MEDICAMENTOS COM VARIAÇÃO DE 147%

Os preços dos remédios podem variar, e muito, nas muitas farmácias espalhadas por Niterói, dependendo da região onde se encontram as drogarias. **P5**

CIDADES

PÁGINA 8



MARICÁ SANCIONADA LEI EM BENEFÍCIO DOS ARTISTAS DE RUA

Divulgação

FLÁVIO RICCO



Divulgação

NOVO 'SHOW DO MILHÃO' ESTÁ PREVISTO PARA ESTREAR EM AGOSTO

PÁGINA 7



Reprodução

PRESO EM FLAGRANTE AO TENTAR FURTAR CAIXA ELETRÔNICO

PÁGINA 6



Divulgação

DETRAN REALIZA NOVO MUTIRÃO COM OITO MIL VAGAS NO SÁBADO

PÁGINA 9

ATRIBUNA

www.tribunarij.com.br



ADJORI-RJ

Fundado em 26 Novembro de 1998

A TRIBUNA é uma publicação da Editora Esquema Ltda
CNPJ: 30.108.948/0001-26

Diretor: Jourdan Amora

Eva de Lourdes Santana Amora

Gustavo Santana Amora

Editor: Marcelo Macedo Soares

Endereço: Rua Professor Heitor Carilho, 360F,
Centro, Maricá - RJ - Cep: 24.030-230Assinatura: assinatura@tribunarij.com.br

Trimestral R\$ 120,00

Semanal R\$ 262,00

Anual R\$ 804,00

Telefone: (021) 2719-1866 / 2621-4388

WhatsApp: (021) 97848-6642

JOURDAN AMORA

O PRONUNCIAMENTO QUE PODERIA TIRAR GEREMIAS DA VIDA POLÍTICA

Há momentos em que a responsabilidade de quem assessora uma personalidade precisa ter a coragem de sobrepor-se à figura principal numa tortuosa caminhada. É preciso equilíbrio, superando as emoções quando surpreendido por obstáculos. Mais do que isto é preciso ter uma estratégia definida e a firmeza de imaginar ser possível e necessário "perder uma batalha, para não se guerra". Assim agiram Napoleão Bonaparte e Luís Carlos Prestes, com a sua "Coluna" que pereceu o Brasil.

No curso das negociações, com muitos nome aspirando chegar ao Governo do Estado, o deputado gonçalense viveu um momento de apreciação sua posição diante dos membros do Diretório da Arena. Se dependesse deles, especialmente dos deputados federais, estaria ameaçado de não ser, ao menos, reeleito para a Câmara Federal.

Queriu discutir seu caminho e não encontrando o assessor informal, deixou em sua mesa, na redação de "A Tribuna", o seguinte bilhete manuscrito, intitulado: "Importante! Jourdan-soltar pl domingo".

— Se o Brasil exige sacrifício p/ o desenvolvimento, todas as classes e camadas devem ser chamadas a participar

— O sacrifício de um só grupo é desumano, injusto e anticristão. Por que só as classes assalariadas ou só os funcionários ou a classe média deveriam ser chamadas a cooperar?

— Até o momento houve um pequeno reajuste nos salários e nos vencimentos, todavia assistimos a autorizações de aumentos constantes.

Defendemos congelamento de aluguéis, de transportes, de anuidades escolares e, se possível, dos preços em geral.

— Vários reajustamentos de alugueres e do preço do transporte foram efetuados. Agora basta!

— Nem os interessados devem pedir nem os governos podem conceder!

À primeira, exaltação pela verdade definidora da conduta governamental. Na segunda, a "revisão", com corte nas expressões mais radicais. Ao final, o julgamento "este é um manifesto que será motivo para uma draconiana cassação de mandato".

O bilhete foi escrito nas costas de uma lauda de notícias diariamente remetida às redações pela então Agência Nacional.

Guardado por 44 anos, é extraído do precioso arquivo de "A Tribuna" e só agora é trazido a público.

* É jornalista

16ª Olimpíada de Matemática aplica provas até 3 de agosto

As provas da primeira fase da 16ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) serão aplicadas até o próximo dia 3 de agosto pelas escolas, que deverão enviar para o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) a relação dos estudantes classificados para a segunda etapa do certame, pelo correio ou por aplicativo, até o dia 11 de agosto.

O coordenador-geral da OBMEP e diretor adjunto do IMPA, Claudio Landim, contou que uma das mudanças introduzidas na olimpíada, em razão da pandemia do novo coronavírus, foi dar às escolas mais tempo para aplicarem os exames.

"A ideia é garantir a presença de um maior número de alunos na segunda fase. Como muitas escolas estavam fechadas e, de fato, algumas ainda não voltaram às aulas presenciais, nós permitimos que as escolas aplicassem as provas no período de um pouco mais de um mês, com a única ideia de a escola poder escolher o dia mais conveniente para aplicar a prova. E dando liberdade às escolas que ainda estão em modo virtual de aplicar o exame nesse formato", explicou Landim.

O coordenador salientou, no entanto, que as provas da primeira fase servem exclusivamente para a escola selecionar, internamente, 5% dos alunos inscri-



Divulgação

tos em cada nível que vão participar da segunda fase e concorrerão às medalhas e prêmios.

A OBMEP acontece em duas fases. A primeira é composta por uma prova de múltipla escolha com 20 questões, e a segunda por uma prova discursiva com seis questões. Os exames são divididos por grau de escolaridade: Nível 1 (6º e 7º anos do Ensino Fundamental), Nível 2 (8º e 9º anos) e Nível 3 (Ensino Médio).

No dia 9 de setembro, a organização divulgará os classificados para a segunda fase, pre-

vista para acontecer de forma presencial, em 6 de novembro. "Nós vamos respeitar as medidas sanitárias, com distanciamento social, vamos entregar máscaras para os alunos que tiverem esquecido de levar, para aplicar (a prova) com toda a segurança possível, mas será uma prova presencial, como de hábito, tradicionalmente", informou Claudio Landim. Nove mil centros escolares espalhados pelo Brasil serão locais de prova da segunda fase da OBMEP, além de institutos federais e universidades.

CPI DA SAÚDE

EU TAVA FORA!
AGORA TÔ MEIO
BARROS
MEIO TIJOLO!



ATRIBUNA

facebook.com/atribunarij

Muito triste isso. Lembro bem uma vez que eu estava fazendo um exame bem próximo ao Morro do Estado, na entrada, e começou um troteio que durou horas. E muitas pessoas morreram. Famílias descendo desesperadas. Foi horrível!

Andreia Conceicao

(sobre o troteio no morro do estado)

Tanguá vai ganhar polo da Faetec



Divulgação

REUNIÃO entre o prefeito de Tanguá, Rodrigo Medeiros e João Carilho, presidente da FAETEC, Carlos Pereira, ex-prefeito de Tanguá e secretário

Em reunião com o presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), João Carilho, e com o Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Serginho, o prefeito de Tanguá, Rodrigo Medeiros, recebeu a confirmação da instalação de um polo da Faetec no município. Além da unidade, o prefeito garantiu, ainda, a oferta de cursos de graduação de engenharia de produção e biologia do Centro de Ciências e Educação Superior à Distância (Cederj), de Ensino Médio a distância do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) e

o Pré-Vestibular Social (PVS).

Na próxima semana, será realizada uma visita técnica da Faetec ao prédio que a prefeitura cederá para a execução dos projetos. "Hoje [terça-feira] é um dia histórico para Tanguá e para as próximas gerações. A partir da qualificação e de outros projetos que já estão em curso, vamos conseguir transformar a realidade da nossa população. O Governo do Estado do Rio de Janeiro olha para a capital, mas olha também, com o mesmo carinho e atenção, para o nosso interior. A gente entende

que gerar emprego, renda e desenvolvimento passa pela construção de conhecimento e é a isso que nos propomos", disse Rodrigo Medeiros, prefeito de Tanguá.

Durante o encontro, o Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Serginho, destacou também a importância da chegada da Faetec, Cederj, PVS e Ceja em Tanguá. "Nós teremos uma unidade da Faetec em Tanguá e a partir dessa unidade introduziremos as demandas que têm sido trazidas pelo prefeito Rodrigo", garantiu Dr. Serginho.

PAINEL

painel@atribunaqj.com.br

PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO CRESCEU 5,7% EM 2020

A produção nacional de petróleo cresceu 5,7% em 2020, atingindo 2,9 milhões de barris por dia, liderada pela região do pré-sal, que apresentou média de 2 milhões de barris por dia, o equivalente a cerca de 69,4% da produção do país. As informações constam do Anuário Estatístico 2021 e foram divulgadas ontem (30) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A produção de gás natural também mostrou crescimento de 4,3% no ano passado, com 129 milhões de metros cúbicos por dia. O décimo primeiro ano consecutivo de aumento da produção de gás natural. No pré-sal, a produção de gás natural também continuou expandindo sua participação no total nacional, correspondendo a 65,7% em 2020.

A ANP informou que, em função do aumento da produção interna em 2020, as exportações de petróleo alcançaram o maior resultado da série histórica, da ordem de 1,4 milhão de barris por dia, com aumento anual de 16,9%. Já as importações de petróleo, que totalizaram 135 mil barris por dia, tiveram queda de 28,9%.

O anuário mostra que no setor de abastecimento, a produção nacional de derivados cresceu 3,4% em 2020, somando 2 milhões de barris por dia, o que representa cerca de 77,2% da capacidade instalada de refino. As vendas de derivados pelas distribuidoras caíram 4,3%, devido à pandemia da covid-19.



COVID X CâNCER

O relator da CPI da Pandemia, Renan Calheiros, deplorou o silêncio do presidente Jair Bolsonaro nos cinco dias posteriores à comunicação do pedido de propina para a compra da vacina indiana.

Lamentou que até aqui estava se apurando o enfrentamento da pandemia mas, agora, estamos tratando do câncer da corrupção.

O presidente, em seu último contato com apoiadores, já não falou em tom arrogante, mas suavemente, causando estranheza.

HOJE NA HISTÓRIA - 1º/7

1889- Começa a circular, em Natal, RN, o jornal "A República". 1885- É inaugurado o trecho da Estrada de Ferro do Cortado, entre a estação de Paineiras e o alto do Cortado. 1891- Morre, tragado pelas lavas do Vesúvio, na Itália, Antonio da Silva Jardim. 1901- Lei dá à capital de Minas Gerais o nome de Belo Horizonte. 1925- É lançado em São Paulo o jornal "Folha da Manhã". 1929- O desenhista E.C. Segar lança o personagem Popeye.

DÓLAR R\$ 4,973 +0,63%

COMEÇA O SEMESTRE PARA UM FINAL DE ANO MENOS DRAMÁTICO

Entramos no segundo semestre do segundo ano pandêmico. Dentro de 184 dias estaremos na noite da passagem do ano, com a confiança de já haveremos comemorado a data do nascimento do Menino Jesus Cristo e a esperança de que o ano eleitoral de 2022 traduza o início de uma era de elevação do nível cultural dos brasileiros para não cair em novas armadilhas políticas.

Este semestre será de 184 dias, com 53 finais de semanas e mais os feriados. Os dias úteis – das segundas às sextas-feiras, serão 127.

Fora as datas comemorativas de municípios e as datas profissionais (Professores, Soldados, Servidores) os dias festivos serão:

- Agosto - Dia dos Pais, num domingo.

BARCAS: ECONOMIA

Desde 01 de hoje, os usuários da linha marítima Rio-Niterói estão pagando R\$ 4,90 pela travessia n Bala da Guebará. Um aumento de R\$ 0,30

O percurso é de 5 km, muito superior à distância entre a Praça Martin Afonso e o Túnel Icarai-São Francisco, para onde uma viagem de ônibus custa R\$ 4,10. Já o gasto de combustível com um carro de passeio (mais de uma pessoa) é de quase um litro (R\$ 6,40) com os inconvenientes do trânsito urbano, mas com a comodidade de definir trajeto.

O ideal seria existir uma hidrovia no Canto do Rio e outra de frente a Avenida Feliciano Sodré.

O PESO DA JUSTIÇA

Quando da fusão RJ-GB o antigo Estado do Rio contava com 17 desembargadores e o antigo Estado da Guanabara com cerca de 47. Hoje são 176 e o Tribunal pretende criar mais dez cargos, a um custo adicional superior a R\$ 10 milhões anuais, com reforço de auxiliares nos gabinetes. Alega-se sobrecarga para os magistrados que tem direito a dois meses de férias e julgam casos que deveriam estar sendo examinados por julgadores de primeira instância (com direito a recursos) e dívidas de babos.



- Seis de Setembro - terça-feira
- Outubro - Dia de Nossa Senhora Aparecida (padroeira do Brasil), terça-feira
- Novembro - Dia de Finados, terça-feira; Consciência Negra, sábado (dia 20, estadual). Desde o ano passado

o dia 22, data da fundação de Niterói, não é mais feriado municipal. Dezembro - O Natal será celebrado no domingo e a véspera, quando o comércio fecha às 20 horas, será num sábado. Já véspera do Ano Novo cairá na sexta-feira.



Quando houve a fusão os dois Estados reuniram a metade da população atual, formada por 17 milhões de pessoas.

Quando houve a fusão o TJ fluminense era presidido pelo desembargador Luiz Henrique Steels e na nova composição a presidência cabia ao desembargador Luiz Antonio de Andrade.

A Justiça cresceu em imponente, mas tomou-se mais morosa.

O ex-ministro do STF, Gastão Menezes, lamentava que até casos de brigas de vizinhos por causa de um cachorro fossem para no órgão máximo.

CÂMARA RECEBE 'MEGAPEDIDO' DE IMPEACHMENT DE JAIR BOLSONARO

Texto foi elaborado por um grupo de juristas e atribui 23 crimes ao presidente

Um "megapedido" de impeachment do presidente Jair Bolsonaro foi entregue, ontem, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Assinam o pedido diferentes partidos políticos, parlamentares, movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Entre os signatários do pedido estão ex-aliados do presidente, como os deputados federais Alexandre Frota (PSDB-SP) e Joyce Hasselmann (PSL-SP).

O texto foi elaborado por um grupo de juristas e atribui a Bolsonaro 23 crimes de responsabilidade. O pedido tem 46 signatários e consolida argumentos apresentados nos outros 123 pedidos de impeachment já apresentados à Câmara. O mais recente acusa Bolsonaro de cometer o crime de prevaricação no caso da suspeita de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin.

Entre os crimes citados constam os seguintes: Crimes contra a existência da União; Crimes contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; Crimes contra o

exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; Crimes contra a segurança interna; Crimes contra a probidade na administração; Crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos; Crimes contra o cumprimento de decisões judiciais.

No documento, os autores relatam uma reunião, ocorrida em 23 de abril, entre os signatários de denúncias de impeachment em tramitação até aquele momento.

"Na ocasião, os presentes compreenderam, de maneira unânime, que a elaboração de uma única peça, que viesse sintetizar as suas manifestações específicas, poderia ter o efeito de provocar a resposta há muito aguardada da presidência da Câmara dos Deputados, com a instauração, afinal, do competente processo de impeachment", diz o texto que contém, ao todo, 271 páginas.

Curiosamente, os demais partidos subscritores são considerados de esquerda, como o PT, PCdoB, PSB, PDT, PSOL, Cidadania, Rede, PCO, UP, PSTU e PCB. Esta é a segunda



PARA O processo seguir adiante, é necessário que o parlamentar aceite o pedido para a votação acontecer em plenário

movimentação de políticos do Congresso denunciando Bolsonaro por prevaricação. Na segunda-feira, os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AF), Jorge Kajuru (Podemos-GO) e Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia crime contra o presidente pelo mesmo motivo.

PRÓXIMOS PASSOS

O pedido segue para análise do presidente da Câmara, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL). Para o processo seguir adiante, é necessário que o parlamentar aceite o pedido para a votação acontecer em plenário. Caso isso aconteça, é necessário ter um terço dos votos de todos os parlamentares para que processo tenha início.

Apesar do "megapedido", mais de 100 pedidos de impeachment já foram protocolados até o momento. Seis foram analisados e arquivados. Não há uma previsão para análise do pedido atual.

POPULAÇÃO GONÇALENSE PODE TER AUXÍLIO EMERGENCIAL VOLTADO PARA O MUNICÍPIO

Através de uma indicação legislativa, a vereadora Priscilla Canedo (PT) apresentou uma proposta para que seja pago um auxílio emergencial ainda sem valor estipulado. A proposta já teve estudo de impacto financeiro e seria paga a moradores de baixa renda enquanto durar a pandemia.

De acordo com a proposta da vereadora na Indicação Legislativa 1862/2021, os recursos podem ser oriundos do Fundo Municipal da Assistência Social ou suplementados

por meio dos recursos próprios transferidos pelo município para este fim.

"Estamos vivendo um momento muito difícil nesta pandemia. Muitas famílias de São Gonçalo perderam trabalho, perderam oportunidades e até os ganhos que tinham como informais. O município precisa auxiliar essas pessoas, nestes tempos em que vivemos é fundamental que a gente atue neste sentido e a minha indicação legislativa vai neste sentido. A prefeitura tem sensibilidade de entender

a proposta e já fez o estudo de impacto financeiro para a concessão do auxílio emergencial e está estudando a viabilidade. É uma vitória da nossa população", declarou Priscilla Canedo.

Caso a proposta seja aprovada, ela pode ser sancionada pelo prefeito Capitão Nelson (Avante). Atualmente, a população gonçalense de baixa renda pode contar com o auxílio emergencial, do governo federal, e com o Supera RJ, do estado do Rio.



Crédito: Atribuna

PROPOSTA da vereadora Priscilla Canedo é destinada à população municipal de baixa renda

COVID-19 : UMA DOSE DE ESPERANÇA

PREFEITURA AMPLIA AGENDAMENTO PARA OS 11 PONTOS DE VACINAÇÃO

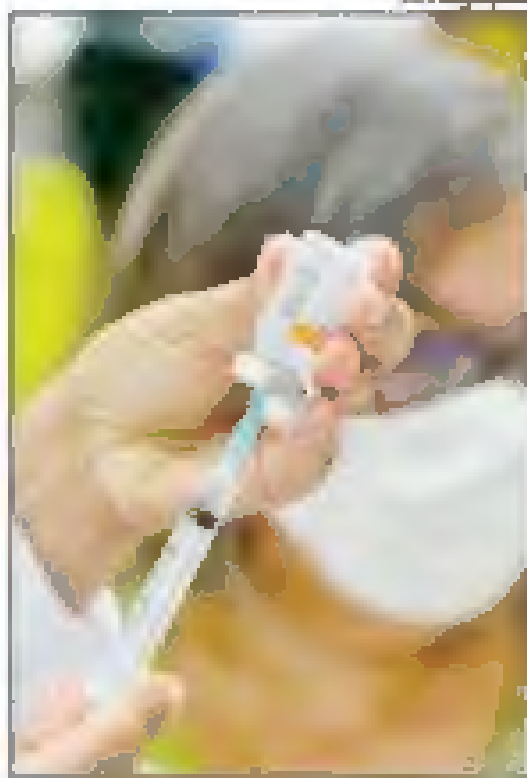
Procedimento deve ser feito através do celular pelo aplicativo Colab

Os niteroienses que desejarem agendar a vacinação contra a Covid através do aplicativo Colab poderão buscar a imunização em até 11 pontos de imunização a partir desta semana. Hoje o agendamento estará disponível no drive-thru do Campus Gragoatá da UFF e nas Policlínicas de Itaipu, na Região Ocidental, e do Barreto, na Zona Norte. Já amanhã será a vez do Clube Central e da Policlínica da Fonseca. O serviço já está disponível para o Campo de São Bento, em Icaraí, Colégio Gomes Pereira, no Largo da Butalha, e nas policlínicas do Vital Brazil, São Lourenço, Engenho e Piratininga.

O secretário municipal de Saúde, Rodrigo Oliveira, destaca que o aplicativo é um método mais prático que permite marcar data e horário da primeira e da segunda dose. Por ele é possível obter comprovação digital da imunização.

“Como previsto, estamos ampliando o agendamento para todos os pontos de vacinação. Tivemos bons resultados com o uso do aplicativo, pois evita aglomerações, facilita e agiliza o andamento da imunização”, destacou o secretário.

O serviço, que teve início no dia 31 de maio, já foi usado por mais de 10 mil pessoas. Para realizar o agendamento da vacina basta baixar o aplicativo Colab, que está disponível gratuitamente na Play Store (An-



Divulgação

Para a segunda dose, a marcação também deve ser realizada pelo ferramenta. Também é possível agendar pelo site da Prefeitura de Niterói (www.niteroi.rj.gov.br/agendamentovacina).

Quem precisar remarcar a data e horário da vacinação, caso não consiga comparecer no dia agendado, deve mandar um e-mail para contato@colab.rj.

FEIXE ETÁRIA

A vacinação em Niterói começa a imunizar hoje (1.º) pessoas a partir de 41 anos. Quem for se vacinar pode ir em um dos 11 pontos de aplicação, entre às 8h e 17h, levando comprovante de residência e documento de identidade com foto. A Secretaria Municipal de Saúde de Niterói segue convocando a população para tomar a segunda dose da vacina contra a Covid-19.

A Prefeitura de Niterói anunciou que 286.656 pessoas já foram vacinadas com a primeira dose, o que representa 55,6% da população total e 70% da população considerada apta para se vacinar, ou seja, mais de 2/3 do público considerado vacinável.

O município mantém a imunização de pessoas com comorbidades, gestantes, puérperas (até 45 dias do nascimento do bebê) e lactantes maiores de 18 anos.

CALENDÁRIO - POPULAÇÃO GERAL

Hoje – a partir de 41 anos
 Sexta-feira (02/07) – a partir de 40 anos
 Sábado (03/07) – Repescagem
 05, 06 e 07/07 – a partir de 39 anos
 08, 09 e 10/07 – a partir de 38 anos
 12, 13 e 14/07 – a partir de 37 anos
 15, 16 e 17/07 – a partir de 36 anos
 19, 20 e 21/07 – a partir de 35 anos
 22, 23 e 24/07 – a partir de 34 anos
 26, 27 e 28/07 – a partir de 33 anos
 29, 30 e 31/07 – a partir de 32 anos

LOCAIS DE VACINAÇÃO - NITERÓI

Policlínica Sérgio Areuca - Rua Vital Brazil Filho, s/nº - Vital Brazil
 Policlínica Dr. João da Silva Vilella - Rua Luiz Palmier, 726 - Barreto
 Policlínica Regional de Itaipu - Avenida Irene Lopes Sodré - Itaipu
 Policlínica Regional Carlos Antônio da Silva - Avenida Jansen de Melo, s/nº - São Lourenço
 Policlínica Regional Doutor Guilherme Taylor March - R. Desembargador Lima Castro, 238 - Fonseca
 Policlínica Regional de Piratininga Dom Leir Orfano - Rua Dr. Marcelino Gomes Cardou, 111 - Piratininga
 Policlínica Regional Dr. Renato Silva - Avenida João Brasil, s/nº - Engenho
 Drive thru na Universidade Federal Fluminense - Campus Gragoatá - Rua Alexandre Moreira, 8 - São Domingos
 Posto volante no Clube Central: Av. Jam. Alberto Francisco Torres, 335 - Icaraí
 Posto volante no Colégio Gomes Pereira: Av. Rui Barbosa, 1250 - Largo da Butalha
 Posto volante no Campo de São Bento: Centro Cultural Paschoal Carlos Magalhães - Icaraí

SÃO GONÇALO VAI ADOPTAR MISTURA DE VACINAS PARA GRÁVIDAS

Nesta semana a Prefeitura do Rio autorizou que grávidas que tomaram a primeira dose da vacina AstraZeneca, recebam a segunda dose da Pfizer. São Gonçalo informou que vai seguir a mesma regra de vacinação desde que as grávidas apresentem um atestado do obstetra solicitando a aplicação da dose.

Resultados preliminares de estudos internacionais, estudos pelo comitê científico do município, dizem que a mistura das doses traz resultados eficazes contra o coronavírus, com isso, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo informou que as grávidas que receberam a vacina AstraZeneca de primeira dose, receberão, no município, a segunda dose da Pfizer.

Até a publicação desta matéria Niterói e Maricá ainda não tinham confirmado se vão seguir a mesma forma de aplicação.

Desde maio, segundo recomendação da Anvisa, a vacinação com doses da AstraZeneca para grávidas foi suspensa. A agência explicou que o próprio fabricante o alertou sobre uma suspeita de evento adverso grave de



Divulgação

ESTUDOS mostram que mistura de imunizantes diferentes traz resultados eficazes contra o coronavírus

AVC que matou uma gestante e o bebê.

Desde maio, segundo recomendação da Anvisa, a vacinação com doses da AstraZeneca para grávidas foi suspensa. A agência explicou que o próprio fabricante o alertou sobre uma suspeita de evento adverso grave de AVC que matou uma gestante e o bebê.

A partir de então, futuros ma-

mois estavam sendo imunizados, na primeira dose, apenas com CoronaVac ou Pfizer.

Para as grávidas que já tinham tomado uma AstraZeneca, a recomendação do Ministério da Saúde era esperar o fim da gestação e do puerpério um mês e meio após o parto, para receber a segunda dose do mesmo imunizante.

BRASIL COMPLETA IMUNIZAÇÃO DE 12% DA POPULAÇÃO

Já são 25.556.540 pessoas vacinadas com a segunda dose e 431.106 pessoas que receberam a dose única, um total de 25.987.646 doses aplicadas, ou seja, 12,27% da população.

A primeira dose foi aplicada em 72.534.656 pessoas, o que corresponde a 34,25% da população.

Somando as duas doses e a dose única, são 98.552.302 vacinas aplicadas no total.

De ontem para hoje, a primeira dose foi aplicada em 1.163.441 pessoas, em 211.775 na segunda dose e em 183.600 na dose única, com um total de 1.560.816 doses aplicadas neste intervalo.

Ha quatro vacinas contra a covid-19 à disposição no Brasil hoje. Os laboratórios responsáveis pela produção da CoronaVac, Oxford/AstraZeneca e Pfizer/BioNTech recomendam a aplicação de duas doses para o combate mais eficiente à doença. Já a Janssen necessita de apenas uma dose para completar o processo de imunização.

COVID DIMINUIU EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL EM TRÊS ANOS

O artigo “Reduction in life expectancy in Brazil after Covid-19? (Redução da expectativa de vida no Brasil pós Covid-19)”, publicado esta semana, na revista Nature, usou dados sobre o total de mortes relatadas em 2020 e entre janeiro e abril de 2021 para medir e comparar o número de mortes entre os estados brasileiros.

“O número de mortes de Covid-19 no Brasil foi catastrófico. Os ganhos estaduais em longevidade alcançados ao longo de anos, ou mesmo décadas, foram revertidos pela pandemia. A falta de uma resposta coordenada, rápida e equitativa informada pela ciência, bem como a promoção da desinformação, tem sido o marco do atual governo”, diz o estudo, assinado por Maria Castro, Susie Gutzend, Cassio Turra, Sun Kim, Theresa Andrasfay e Noreen Goldman.

Segundo o artigo, os números de 2020 levaram o Brasil ao mesmo nível de 2014. O declínio na expectativa de vida foi maior para os homens (1,37 ano) em comparação às mulheres (0,95 ano).

Os pesquisadores apontam que, para além da persistência da pandemia do coronavírus, outras causas ajudam a explicar a queda de expectativa, como a diminuição da vacinação infantil, menor diagnóstico e tratamento de HIV, câncer e tuberculose, além de aumento de casos de diabetes e piora geral nas condições de saúde da população.

POSIÇÃO DAS CIDADES FLUMINENSES NO RANKING NACIONAL	TOTAL DE MORTES	TOTAL DE CASOS	MORTES/100.000 HABITANTES	TAXA DE LETALIDADE
2.º RIO DE JANEIRO	28.819	387.879	421,14	7,77 %
23.º SÃO GONÇALO	2.859	58.559	243,56	5,28 %
33.º NITERÓI	1.863	39.890	382,5	4,88 %
28.º NOVA IGUAÇU	1.860	18.542	281,83	8,95 %
43.º DUQUE DE CAXAS	1.456	22.827	188,55	6,45 %
44.º CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.453	26.820	284,84	5,43 %
58.º PETRÓPOLIS	1.293	13.118	411,83	9,83%
84.º SÃO JOÃO DE MERITI	1.064	8.964	225,84	10,72 %
70.º VOLTA REDONDA	1.033	32.541	377,02	3,17 %
90.º TERESÓPOLIS	780	24.579	423,35	3,17 %
100.º ITABORAÍ	735	18.634	383,84	8,81 %
106.º BELFORD ROXO	701	28.528	138,82	3,42 %
187.º MACAÉ	585	25.783	285,7	2,7 %
111.º CABO FRIO	882	13.853	298,84	5,23 %
112.º NOVA FRIBURGO	879	28.274	385,2	3,35 %
132.º BARRA MANGA	582	15.384	314,88	3,78 %
140.º MAGÉ	539	11.910	218,72	4,53 %
151.º MARICÁ	481	8.888	288,47	5,41 %
159.º ANGRA DOS REIS	480	13.834	231,83	3,47 %
172.º RESENDE	456	13.832	344,84	3,3%
174.º MILÓPOLIS	454	2.587	279,05	12,73 %
177.º RIO DAS OSTRAS	444	12.284	288,1	3,81 %
181.º ARARUAMA	413	5.882	387,84	8,78 %
188.º MESQUITA	483	3.417	228,24	11,79 %
202.º SAQUAREMA	270	2.858	288,07	9,45 %
208.º SÃO PEDRO DA ALDEIA	260	4.841	243,17	5,8 %
309.º RIO BONITO	200	5.808	330,18	3,45 %
309.º ITAPERUNA	184	7.876	188,82	2,48 %
441.º QUEIMADOS	174	5.781	114,88	3,01 %
849.º TANGUÁ	111	3.443	328,72	3,22 %
849.º GUABA GRANDE	119	6.344	381,45	2,53 %
1158.º ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	88	4.806	188,33	1,27 %
1598.º ARRAIAL DO CABO	38	713	124,21	5,33 %

Dados atualizados às 21h01 de 30/06/2021

MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO COM MENOS MORTES

POSIÇÃO DAS CIDADES FLUMINENSES NO RANKING NACIONAL	TOTAL DE MORTES	TOTAL DE CASOS	MORTES/100.000 HABITANTES	TAXA DE LETALIDADE
2383.º SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	13	520	245,02	4,42 %
3108.º CARDOZO MOREIRA	14	1.191	168,2	1,38 %
3108.º RIO DAS FLORES	14	179	148,83	7,82 %
3108.º CORDEIRO	14	2.882	83,52	0,53 %
3198.º CARAPÉBUS	13	1.538	78,38	0,85 %
3658.º MACUCO	10	993	177,84	1,01 %
3858.º SANTA MARIA MADALENA	18	241	98,23	4,15 %
4405.º DUAS BARRAS	6	282	52,05	2,97 %
4828.º VARRE-SAI	5	2.221	45,02	0,22 %
4828.º TRAJANO DE MORAES	4	886	37,58	0,8 %

Dados atualizados às 21h01 de 30/06/2021

PREÇOS DOS MEDICAMENTOS PODE VARIAR ATÉ 147% EM NITERÓI

Procura aumenta por conta da chegada do inverno e queda das temperaturas

RAQUEL MORAES

A estação mais fria do ano já chegou e com o inverno o aumento das doenças respiratórias inspira cuidados. E com essa possibilidade, a corrida por medicamentos comumente usados para tratar gripes e resfriados, além de fortificantes para imunidade, já começou. Vitaminas, analérgicos, analgésicos, antibióticos e outros medicamentos que tratam e aliviam os sintomas virais já estão na lista dos niteroienses, que precisam pochébrar muito para economizar na hora dessas compras. A diferença de preço pode chegar aos 147% dependendo da região de Niterói.

A farmacêutica Nathália Queiroz, que trabalha em uma drogaria no Centro, explica que mais importante do que tratar as doenças respiratórias, é se prevenir.

“Vale a pena reforçar a imunidade, tomar uma vitamina C e estar atento com os sintomas do corpo. A vitamina C é essencial para reforçar a imunidade, por exemplo. Em dias de sol vale pegar um pouco de sol para aumentar a vitamina D. Além disso reforçar o agasalho, fugir do sereno e se alimentar bem, com ingestão de muita água”, contou.

E esse reforço da vitamina C é feito com a ingestão do famoso efervescente. O Cebion é um dos remédios mais procurados nesse contexto. E para não entrar em furada a pesquisa de preço é fundamental para garantir uma economia generosa. No Barreto o Cebion efervescente com



Arquivo

É PRECISO pesquisar bastante para encontrar o melhor preço entre as muitas farmácias da cidade

10 unidades custa R\$ 18,90 contra R\$ 12,80 em uma farmácia em Icaraí, diferença de 47,65%. A dipirina, outro remédio muito comum e comprado nesses períodos, também apresentou diferença grande, de 66,86%, enquanto a cartela com 10 comprimidos de 500 mg custa R\$ 2,99 no Centro de Niterói o mesmo medicamento custa R\$ 4,99 no Barreto, na Zona Norte da cidade.

A reportagem de A TRIBUNA pesquisou outros medicamentos em várias regiões da cidade: Centro, Icaraí, Região Oceânica e Barreto e nas

quatro o preço do Benegrip com 6 comprimidos foi o mesmo, em torno de R\$ 11,50. Assim como o Naldecon com 4 comprimidos que apresentou preço médio de R\$ 12; a pomada em lata Vick que custa entre R\$ 12,59 e R\$ 14,90 e a cartela com 4 comprimidos do DECONGEX que custa em média R\$ 8. O antialérgico Alegria 120 mg comprimidos teve uma alta variação dependendo do bairro: R\$ 49,99 em Icaraí e R\$ 69 no Barreto, uma alta de 58,02%. Já a versão líquida de 60 ml variou de R\$ 22,90 até R\$ 32 nos mesmos esta-

belecimentos. Em Piratininga o Riocoro gotas foi o bairro com preço mais barato dentro da pesquisa da reportagem, custando R\$ 15,41 contra R\$ 19 em Icaraí.

Quando a situação se agrava os medicamentos são outros e na classe dos antibióticos e anti-inflamatórios, que só podem ser vendidos com receita médica, a variação também é grande. A nimesulida de 100 mg com 12 comprimidos pode ser encontrada por R\$ 6,45 na em Piratininga e 147,90% mais caro, por R\$ 15,99 no Barreto. Já a Amoxicilina de 500mg

com 21 comprimidos pode ser comprada de R\$ 16,71 em Piratininga até R\$ 25,99 na Zona Norte de Niterói, uma diferença de 55,53%.

“A variação de preço acontece com qualquer tipo de produto e os remédios não fogem dessa regra. Eu tenho o hábito de pesquisar tudo. É uma coisa que custa alguns telefonemas, mas pode gerar uma economia muito grande. Os remédios estão cada vez mais caros e sempre a prevenção é o melhor caminho. Mas quando precisamos mesmo de um medicamento, temos que tomar o remédio e acreditar na cura. Eu sempre uso o rimosoro para desentupir o nariz e cada vez ele está mais caro. É algo que eu não consigo ficar sem, então quando encontro um preço bom eu já compro em excesso e deixo guardado”, exemplificou a professora Roberta Martins, 33 anos.

REALISTE

No dia 1.º de abril foi autorizado o reajuste de preços dos medicamentos em até 10,08%, um aumento anual liberado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), publicado no Diário Oficial da União. O Conselho de Ministros da CMED aprovou três níveis de reajuste: 10,08%; 8,44%; e 6,78%, que valiam conforme a competitividade das marcas no mercado. O reajuste acontece todos os anos no mês de abril, mas em 2020 o Governo suspendeu os aumentos por 60 dias em razão da pandemia da Covid-19.

AXEL GRAEL RECEBE A VISITA DO VELEJADOR AMYR KLINK

O prefeito de Niterói, Axel Grael, recebeu a visita do velejador e escritor Amyr Klink ontem. Amyr está na cidade para participar do 1.º Simpósio Niteroiense de Vela que vai discutir o desenvolvimento da modalidade, conhecida como canoa havaiana ou canoa polinésia, e o crescimento do esporte no país.

“Recebi hoje o Amyr Klink, navegador, escritor e primeira pessoa a realizar a travessia do Atlântico Sul a remo, em 1984. Amyr é autor de livros incríveis e eu e meus irmãos somos amigos e admiradores de seu trabalho, que inspira. Apresentei o Projeto Grael a este grande navegador e a sua esposa, Marina. Eles ficaram admirados com o projeto, que já formou mais de 20 mil jovens de Niterói”, destacou o prefeito.

“Amyr está em Niterói para palestrar. É muito bom realizar essa troca. Isso fortalece o setor marítimo da nossa cidade, uma das grandes apostas para a retomada da economia e geração de



Divulgação

AMYR KLINK e o prefeito Axel Grael durante a visita do velejador e escritor

emprego”, completou.

Amyr Klink aproveitou para prestigiar outros pontos da cidade. Ele e a esposa, Marina Bandeira, estiveram no Parque da Cidade e depois foram conhecer o Projeto Grael. A visita ao espaço contou

com a presença da bióloga, velejadora e escritora do livro “Vou de Canoa, um olhar sobre a cultura polinésia e outras histórias do mar”, Luiza Perin.

“O Projeto Grael é sensacional. Acompanho a distância, desde o começo. Sou mu-

ito amigo do Torben e do Lars, mas não sabia que era um espaço de tanto impacto. Sem dúvidas, Niterói virou referência no mundo náutico e os Grael e o projeto têm uma contribuição importante nisso”, disse Amyr.

DETRAN FAZ MUTIRÃO COM 8 MIL VAGAS SÁBADO

Um mutirão de atendimento do Detran RJ ofereceu 8.220 mil vagas para os serviços de identificação civil, veículos e habilitação, em 150 unidades de atendimento espalhadas em todo o Estado do Rio. O agendamento deverá ser feito pelo site do Detran ou pelo teleatendimento, nos números (21) 3460-4040, 3460-4041 ou 3460-4042, das 8h às 21h.

“Nossos mutirões aos sábados são mais uma oportunidade de atendimento ao cidadão. Essa é a 31.ª edição que oferecemos ao usuário mais um dia de serviços do nosso departamento. Com os cuidados e protocolos de saúde, já disponibilizamos milhares de vagas extras à população fluminense”, relata o presidente

do Detran RJ, Adolfo Konder.

Para realizar os serviços de veículos, como transferência de propriedade, 2.ª via de CRV, alteração de características, mudança de cor, transformação de combustível, baixa e inclusão de alienação, alteração de nome/função social, inclusão de ANTT, blindagem e intenção de venda, os postos disponíveis para agendamento são: Inhumero, Parada de Lucas, São Gonçalo, Santa Cruz, Vila Isabel, Haddock Lobo, São João de Meriti, Queimados, Paraíba do Sul, Cachoeiras de Macacu, Campos I, Paracambi, Teresópolis, Itaperuna, Angra dos Reis, Volta Redonda, Búzios, Petrópolis, Macaé e Casimiro de Abreu. O atendimento será das 8h às 13h.

Os serviços de habilitação, como primeiro habilitação, renovação de CNH, mudança ou adição de categoria, alteração de dados ou troca da permissão para dirigir (PPD) para a carteira definitiva, serão disponibilizados das 10h às 16h, em diversos postos, entre eles os de a sede (Centro do Rio), Búzios, Cabo Frio, Itaboraí Plaza, Maricá, Niterói (Fonseca), Niterói Shopping, e São Gonçalo (Neves) e (Rocha).

Para emissão da carteira de identidade, o atendimento também acontece em diversos postos, como a Sede (Centro do Rio), Araruama, Armação de Búzios, Cabo Frio, Itaboraí, Itaboraí Plaza, Niterói (Fonseca), Niterói Shopping, Saquarema e São Gonçalo. O aten-

dimento será das 8h às 16h, com exceção dos shoppings, que abrem às 10h.

As carteiras da SEAP serão emitidas na Sede (Centro do Rio) e nas unidades de Belford Roxo, Campo Grande, Campos dos Goytacazes, Center Shopping, Desembargador Isidoro, Largo do Machado, Nólpolis, Niterói, Nova Iguaçu, Parque Shopping Sulacap, Petrópolis, Shopping Penha, Shopping Via Brasil e Vix Lobo.

O Detran reforça que é preciso respeitar o horário agendado, sem antecipação ou atrasos, para que não ocorram filas e aglomerações. O departamento pede a colaboração dos usuários para que não levem acompanhantes aos postos.

ANTIGO CARTÃO DO VALE-TRANSPORTE SÓ VALE ATÉ AMANHÃ

MARCELO FERREIRA

A partir de amanhã, os cartões do tipo Vale-Transporte (VT) RioCard deixarão de funcionar nos ônibus, BRT's e Vans da região metropolitana do Rio de Janeiro. Vale lembrar que os cartões já não são mais aceitos nos demais meios de transporte e não poderão mais ser carregados nos meios físicos e digitais. Após sexta-feira, o usuário ainda poderá realizar a troca.

A substituição dos antigos cartões da modalidade Vale-Transporte chega à sua última etapa após oito meses. Os ônibus, vans e o sistema BRT terão os validadores atualizados para a leitura do novo cartão Riocard Mais e passarão a não mais aceitar os antigos cartões vale-transporte, que funcionarão até amanhã, quando será concluída a atualização em todos os veículos de transporte do município do Rio.

A troca é simples e rápida. Ao migrar para o Riocard Mais, o passageiro mantém os créditos de transporte do antigo cartão e os benefícios tarifários atrelados a ele, como o Bilhete Único Carioca (BUC), o Bilhete Único de Niterói e o Bilhete Único Intermunicipal (BUI). Para dar mais transparência

no processo, o cliente recebe no ato da troca dos cartões um comprovante com os valores dos créditos de transporte que estavam disponíveis no modelo antigo.

A mudança é necessária mediante a evolução do sistema de bilhetagem eletrônica. O cartão Riocard Mais é o único cartão aceito em todos os meios de transporte: ônibus municipais e intermunicipais, trem, metrô, barcas, vans legalizadas, VLT e BRT, e pode ser utilizado em 43 cidades do estado do Rio de Janeiro. O usuário que ainda não realizou a troca pelo novo modelo pode aproveitar o esquema especial de atendimento que foi montado em estações, terminais rodoviários e lojas Riocard Mais.

Para receber o novo cartão gratuitamente, o cliente precisa apresentar o modelo antigo em um dos postos de troca. Não é necessário apresentar documentação, mas a troca deve ser feita pelo titular do cartão, uma vez que o benefício é pessoal e intransferível. No ato, é emitido um comprovante com os valores dos créditos de transporte que estavam disponíveis no modelo antigo.

Divulgação



AO MIGRAR para o Riocard Mais, o passageiro mantém os créditos de transporte do antigo cartão

Acusada de mandar matar o marido, Flordelis sofre nova derrota na Justiça

Parlamentar teve negado pedido de suspeição contra juíza responsável pelo processo

A deputada federal Flordelis dos Santos de Souza (PSD-RJ) sofreu mais um revés judicial, no processo em que é ré, acusada de ser a mandante da morte de seu marido, o pastor Anderson do Carmo. Foi rejeitada ação impetrada por sua defesa, que pediu suspeição da juíza Nêaris dos Santos Carvalho Arce, da 3ª Vara Criminal de Niterói, responsável pelo ação.

Em longo despacho, publicado na última terça-feira (29), Arce rejeita o pedido da defesa e sobre o tom ao rebater as alegações feitas pela defesa parlamentar. A magistrada também rechaçou outros pontos apresentados, como afirmação de que a defesa teria sido cerceada, além de uma suposta quebra de isonomia.

“Não assiste razão à Nobre defesa, posto que o processo em curso transcorreu regularmente, sem a ocorrência de qualquer fato gerador de nulidade processual, ou prática de qualquer ato que traduza a parcialidade invocada. A instrução ao presente feito transcorreu normalmente, tendo esta magistrada adotado todas as medidas cabíveis para assegurar a ordem durante as seis sessões audiências de instrução e julgamento iniciadas no período da



APONTADA como a mandante da morte do pastor Anderson, a líder religiosa aguarda a data para ser submetida ao Tribunal do Juri

manhã, em razão da sua extensão, e nas quais foram ouvidos aproximadamente 28 testemunhas”, afirma a juíza, na decisão.

Em relação à alegação de falta de isonomia, a defesa alega discordâncias em relação ao envio das alegações finais do processo, cujo prazo

o prazo, na verdade foi destinada ao advogado assistente de acusação, Angelo Maximo.

“Busca a defesa também, sob o argumento de fundamentar a suspeição suscitada, aventar quebra de isonomia entre as partes, vindo argumentar quanto a perda do prazo pela ré Flordelis para apresentação de alegações finais, mesmo após já ter sido a questão devidamente apreciada nos autos. Porém, ciente que a decisão desta magistrada no sentido de não devolver o prazo para tanto, na verdade, se deu primeiramente em relação ao Assistente de Acusação, que igualmente deixou escapar o prazo legal”, prosseguiu.

Apointada como a mandante da morte de Anderson do Carmo, a líder religiosa aguarda a data para ser submetida ao Tribunal do Juri e terá sua cassação votada pelo plenário da Câmara dos Deputados. Em 8 de junho, o Conselho de Ética aprovou, por 16 votos a 1, parecer do deputado federal Alexandre Leite (DEM-SP), relator do processo, pela cassação do mandato. A reportagem tentou contato com a defesa de Flordelis, que não se manifestou, até o fechamento desta edição.

TIROTEIO EM OCUPAÇÃO DO SANTO CRISTO TERMINA COM DOIS MORTOS

Uma troca de tiros na comunidade Coronel Leôncio, na Engenheira, Zona Norte de Niterói, terminou com a morte de dois suspeitos de tráfico de drogas, na última terça-feira (29). A ação foi coordenada por policiais militares do 12º BPM (Niterói), que atuam na ocupação do Complexo do Santo Cristo, do qual a Coronel Leôncio faz parte.

Segundo informações dos agentes, uma equipe, que atuava em patrulhamento na ocupação, na Rua Elias David Sili, foi confrontada por um grupo de dez criminosos armados, com fuzis e pistolas. Os policiais revidaram, houve troca de tiros e os bandidos, ainda de acordo com os policiais, se esconderam na Travessa Zalmir Garcia.

Em buscas pelo local, os policiais afirmam terem novamente sido confrontados, dessa vez por dois criminosos. Houve novo tiroteio e a dupla acabou baleada. Ambos foram socorridos ao Hospital Estadual Alberto Torres (HEAT), mas não resistiram. Houve apreensão das armas dos suspeitos.



EM CONFRONTO na comunidade Coronel Leôncio, que faz parte do complexo, armas foram apreendidas

Segundo o batalhão, um dos mortos ainda não foi identificado. O outro seria o traficante conhecido como “XP”, apontado pela PM como uma das lideranças do tráfico na comunidade da Brasília. Após pericar, os corpos foram levados ao Instituto Médico Legal (IML) da cidade, onde aguardam familiares fazerem o reconhecimento.

Durante a ação, foram apreendidos um fuzil, calibre 5.56, com um carregador, e uma pistola, calibre 9mm, com munição raspada, dois carregadores e cinto de guarnição. A ocorrência foi registrada pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá (DHNSG).

HOMEM TENTA FURTAR CAIXA ELETRÔNICO NA REGIÃO OCEÂNICA E ACABA PRESO

Policiais prenderam em flagrante um homem, que havia acabado de tentar furtar, usando uma barra de ferro, um caixa eletrônico, dentro de uma agência bancária, no bairro de Paratitima, Região Oceânica de Niterói. Câmeras de segurança da agência flagraram o ato e ajudaram a Polícia Militar a identificar e capturar o acusado, na madrugada de ontem.

De acordo com informações do 12º BPM (Niterói), militares do batalhão foram acionados, via 190, para atender a ocorrência, que aconteceu na agência localizada na Avenida Dr. Raul de Oliveira Rodrigues, altura do número 1687. No local, os agentes constataram que havia um caixa eletrônico danificado, com sinais de tentativa de furto.

Em buscas pela região, os



ACUSADO usou barra de ferro para tentar arrombar equipamento

policiais conseguiram encontrar e deter um suspeito, no exterior da agência. Após a chegada da empresa de segurança responsável pelo circuito interno de monitoramento, foram coletadas imagens do banco de dados, que confirmaram a suspeita. Policiais Militares preservaram o local, até a chegada da equipe de perícia.

O homem, que foi identificado e tem 46 anos, foi preso em flagrante, por tentativa de furto. A barra de ferro, que



AÇÃO da Polícia Civil terminou com uma prisão em flagrante

MAIS DE 300 QUILOS DE COBRE SÃO APREENDIDOS

Ação da Polícia Civil, realizada na última terça-feira (29), teve como objetivo desarticular quadrilha que derretia cobre obtido por meio de furtos de cabos de telefonia, em São Gonçalo. Os trabalhos foram coordenados pela Delegacia de Roubos e Furtos (DRF). Uma pessoa foi presa em flagrante e grande quantidade de cobre foi apreendida.

Os agentes chegaram ao local após levantamento de informações da DRF. O homem foi localizado enquanto transportava o material ilícito. Ele responderá pelo crime de receptação qualificada, cuja pena pode chegar a oito anos de prisão. Mais de 370 quilos de cobre provenientes da interceptação de cabos de telefonia foram apreendidos. Um homem foi preso em flagrante.

Ações policiais para coibir o furto e a receptação de equipamentos de concessionárias de serviços públicos continuaram por todo o Estado, de acordo com o que informou a especializada. A Polícia Civil ressalta que a subtração dos equipamentos, além de afetar a prestação de serviços essenciais, gera risco à população em geral.

Um dos exemplos de problemas provocados por furto de cabos de telefonia ou energia aconteceu no dia 6 de junho, quando um grande apagão atingiu a Ponte Rio-Niterói. Em nota, a concessionária Ecoponte esclarece que identificou nos últimos dias sucessivos furtos de cabos pertencendo por criminosos no trecho do Rio da Ponte Rio-Niterói e relatou o caso aos órgãos de segurança pública.

Já extravio de cabos de telefonia interfere diretamente na qualidade do serviço recebido pelos usuários. Sem os materiais, a conexão de internet fica mais lenta, a rede telefônica tem funcionamento prejudicado e, na pior das hipóteses, ambos os serviços podem ser até mesmo interrompidos parcialmente, até que as operadoras consigam repor os materiais.

TRIO É PRESO APÓS TENTAR FUGIR DA POLÍCIA MILITAR

Três suspeitos de roubo foram presos em flagrante, na manhã de ontem (30), após perseguição, entre os municípios de São Gonçalo e Itaboraí. O trio, que estava de carro, tentou fugir de uma abordagem de policiais militares das Rondas Especiais e Controle de Multidões (Recom), mas acabaram capturados. Uma arma e possíveis itens roubados foram apreendidos.

Uma equipe que estava em patrulhamento pela divisa entre os dois municípios, quando

teve a atenção voltada para um veículo com três homens que ao perceberem a chegada dos policiais, iniciaram fuga. A equipe informou à central pelo rádio, sendo alertados viaturas do 7º BPM (São Gonçalo) e 35º BPM (Itaboraí) que fizeram o cerco pela localidade. Durante a abordagem foi encontrado um revólver calibre 32 com munição suprimida, três cartuchos calibre 32 intactos, um cartucho vazio, além de quatro celulares e duas bolsas femininas, cuja origem será investigada.

CULTURA



'A DAMA E O VAGABUNDO' ENCENADO COM REPERTÓRIO DE CHICO BUARQUE

Buscado na animação produzida pela Disney em 1955 e com músicas de Chico Buarque, o musical "A Dama e o Vagabundo" será encenado no dia 04 de julho (domingo), a partir das 16h. A montagem poderá ser assistida ao vivo pelo canal no Youtube da Fundação ArceLorMittal e na página no Facebook do Diversão em Cena.

O espetáculo narra a história de Dama, uma cadela com pedigree, e o Vagabundo, um vira-lata que vive nas ruas. Na trama as personagens vivem um belo romance e grandes aventuras, contadas através das músicas de um dos maiores compositores do Brasil.

O texto e direção é de Leandro Mariz, roteiro musical e produção executiva de Tiago Higa, a direção musical é de Marcelo Faria e o elenco conta com Karina Mathias, Marcelo Faria e Tiago Higa.

Considerado o maior programa de formação de público para teatro infantil no Brasil, o Diversão em Cena ArceLorMittal é viabilizado por meio das Leis de Incentivo à Cultura Federal e Estaduais (São Paulo e Minas Gerais). Ao longo de mais de uma década, cerca de 500 mil pessoas já conferiram nos mais de 1,3 mil espetáculos apresentados.

Em decorrência da pandemia, o programa continuará a adotar o modo remoto para apresentação das atrações de maneira segura. Seguindo todos os protocolos sanitários preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O Diversão em Cena não abre mão do seu objetivo: contribuir para a democratização da cultura e oferecer uma programação regular de qualidade.

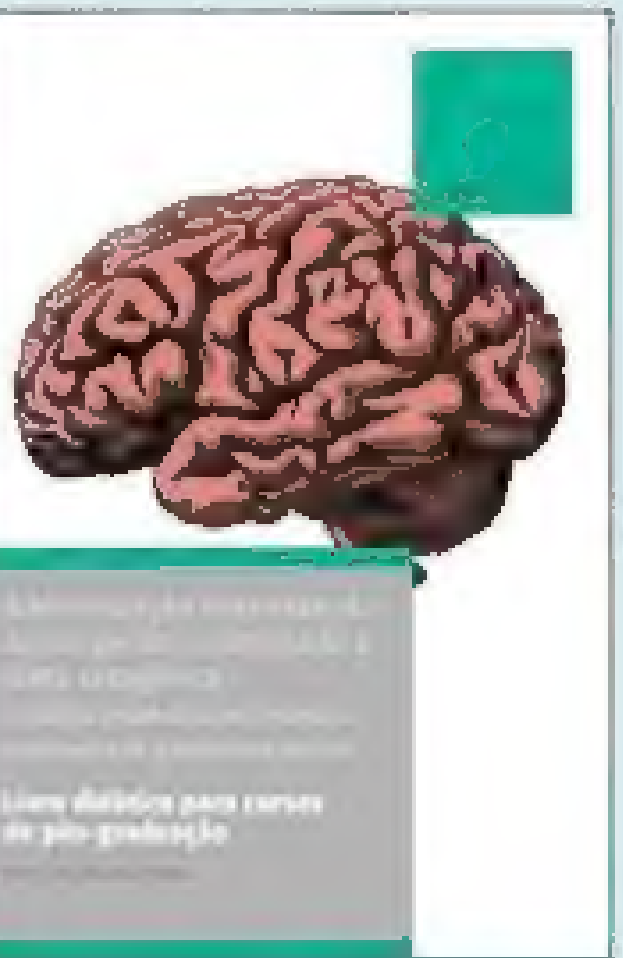
EDITORIA UFF LANÇA LIVRO SOBRE TRATAMENTO DE CÂNCER

O crescimento dos casos de câncer têm afligido médicos e pacientes mundo afora. Para além dos tratamentos já conhecidos, muitos pesquisadores se debruçam sobre o estudo dos compostos bioativos, como o uso de mono-terpenos encontrados em óleos essenciais de frutas e vegetais. O livro custa R\$ 30 e tem 88 páginas.

No livro "Administração intranasal do álcool perfílico combinado à dieta cetogênica: estratégia terapêutica para retardar o crescimento do glioblastoma recidivo", lançado pela Eduff, o médico e professor Clóvis Orlando da Fonseca apresenta dados de estudos sobre o uso terapêutico da administração intranasal do álcool perfílico como tratamento adjuvante do glioma maligno recidivo.

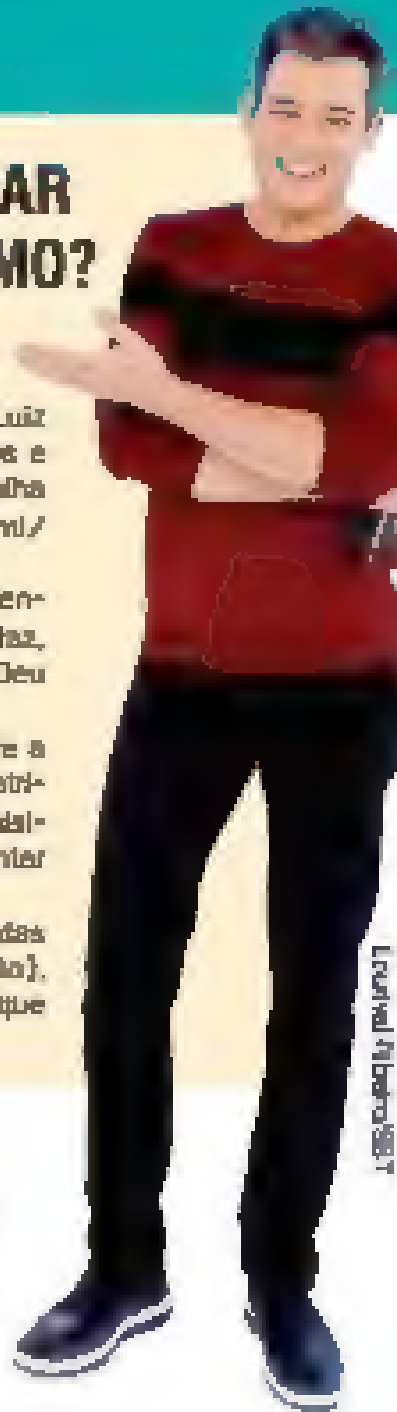
O estudo não apenas reacende novas perspectivas de esperança para o paciente como abre uma nova era de mais conhecimento sobre o glioma.

Clóvis Orlando Pereira da Fonseca tem graduação em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e



mestrado e doutorado em Clínica Médica - Área Neurologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular do Departamento de Cirurgia Geral e Especializada na área de Neurocirurgia, Faculdade de Medicina da UFF, é professor permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Médicas - UFF, com atuação principalmente no estudo de biologia molecular dos gliomas e desenvolvimento de estratégia terapêutica através da administração intranasal do mono-terpeno álcool perfílico.

Flávio Ricco



PELO TELEFONE



José Luiz Datena, na manhã de ontem, falou com a coluna e demonstrou disposição de disputar a Presidência da República pelo PSL. Disse que, desta vez, está disposto a seguir em frente.

Já está, inclusive, conversando com várias pessoas e montando a sua equipe de trabalho.

E ACRESCENTOU

Datena contou que várias pessoas têm procurado por ele, curiosas em saber se ele está disposto e preparado para encantar esse desafio.

"Fazer o 'Brasil Urgente' na Band, três horas e meia todos os dias, me deixou pronto pra qualquer uma".

PROTOCOLO

José Luiz Villamarim, número 1 da Dramaturgia da Globo, começou a participar de encontros regulares com roteiristas, contratados e não contratados.

Está avaliando de tudo um pouco, no caso de projetos, para dispor assim que a pandemia der uma brecha. Por enquanto, muita conversa.

NOVO "SHOW DO MILHÃO" VAI ESTREAR EM AGOSTO. MAS SERÁ QUE VAI MESMO?

O "Show do Milhão" foi muito bem em um certo momento no SBT, especialmente na sua estreia em 1999, com Sílvio Santos.

Na ocasião do seu lançamento, o então presidente do Grupo SS, Luiz Sandoval, convocou em reunião todos os funcionários mais graduados e deu detalhes de como o programa funcionaria, inclusive sobre a escolha do sorteio maioritário para a apresentação e quanto ele ganharia - R\$ 1 mil/mês - por aquele trabalho. E foi, de fato, um sucesso.

Mas é um programa, desde o começo, com todo um histórico de encraves. A primeira delas, a ação movida pelo empresário Jacques Glez, amigo de SS, já falecido, que se colocou como coautor do programa. Deu briga e o caso foi parar na Justiça.

Depois de algumas voltas não tão bem-sucedidas, em 2017, houve a decisão de produzir uma versão kids para os finais de sábado, com Patricia Abravanel, que acabou não acontecendo. Uma das razões foi a aquisição do formato "Quem Quer Ser Milionário?" pela Globo, para apresentar o "Caldeirão do Huck".

Resta saber como será agora. Já se anuncia para agosto o início das gravações do novo "Show do Milhão", desta vez com Celso Portofino (foto), para exibição nas noites de quarta-feira. Consultado, o SBT informou que "não há pendências jurídicas sobre o formato".

PÉ ATRÁS

Sobre esse assunto do "Show do Milhão", recomenda o bom juízo e esperar até a estreia anunciada para agosto.

E acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, porque ainda tem muito chão até lá.

POR EXEMPLO

Sempre vale lembrar que a Sony já processou o SBT pelo uso da marca.

Desta vez, consultada pela coluna e respeito do assunto, até agora não respondeu. E, não bastasse, no meio de tudo isso, ainda tem a Globo lutando.

BATE-REBATE

- A TV Cultura estreia segunda-feira, com exibição às 7h45 e 14h, a animação "Charlie, o Entregador de Coisas", inédita na TV aberta.
- Band e Adriano Araújo é uma conversa que ainda não se encerrou.
- Todos os dias, a produção do Sílvio Santos fica no aguardo de um telefonema dele marcando gravação.
- ... Isso, lá mais de 15 meses, antes mesmo da pandemia.
- ... Só que ele sempre acaba cancelando. A última, terça-feira, foi em cima hora.
- ... Alguns já nem levam mais a sério. Pior é que um dia ainda vai acontecer.
- Autores escalados para as próximas novelas da Globo, nos diversos horários, estão bem envolvidos em seus trabalhos.
- ... Alguns, inclusive, com vários blocos de capítulos aprovados. O problema de todos é que está tudo muito no escuro, sem saber quando será o início na produção.
- Não tem como ser de outra maneira, mas Euro versus Copa América, coincidência no período de realização, é um jogo ruim.
- ... Por mais que exista boa vontade, não existem termos de comparação entre uma competição e outra.
- ... E por mais doloroso que isso possa parecer, também já é quase nenhuma a identidade do torcedor de futebol brasileiro com a seleção.
- ... Muito diferente do que já foi.

LOUCURA, LOUCURA

Equipe do Luciano Huck está se "virando nos 3D" para dar conta de todas as suas obrigações.

Além de "Caldeirão", aos sábados, com gravações todas as semanas até dezembro, ainda está sendo necessário armar um novo programa para o ano que vem. A ideia, desde o começo, sempre foi sair do zero.

JORNALISMO

Em substituição a Rodrigo Mariz, Marco Túlio é o novo diretor de redação do Jovem Pan. Passou a trabalhar com Humberto Candil.

Até bem poucos dias, era editor-executivo da CNN Brasil.

E MAIS

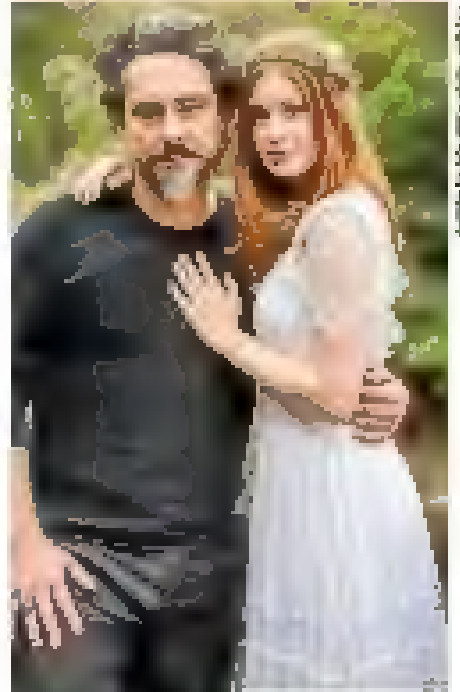
A Jovem Pan contratou o jornalista Eliseu Cavetano, que tem passagem pelas principais emissoras de TV e atualmente está sediado em Miami.

Ele trabalhará para a Pan na faixa da manhã/tarde e, à noite, seguirá normalmente na Rede TVI.

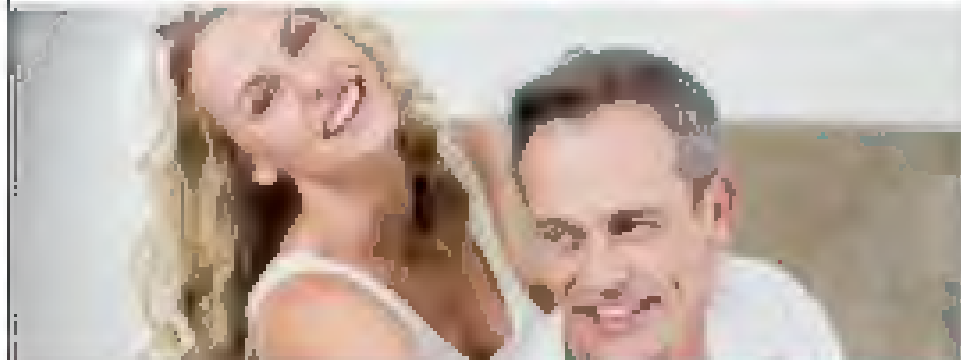
IMPÉRIO

Está prevista para 1º de agosto, na Globo, a sequência em que José Alfredo (Alexandre Nero) e Maria Iza (Marina Ruy Barbosa) se casam no Monte Realma.

A cerimônia simbólica será uma surpresa do Comendador.



TRATAMENTOS PARA DISFUNÇÃO ERÉTIL E EJACULAÇÃO PRECOCE



MAIS DE 1 MILHÃO DE HOMENS ATENDIDOS NO MUNDO

SALA DE ESPERA INDIVIDUAL

TOTAL CONFIDENCIALIDADE

NÓS PODEMOS TE AJUDAR!

WENDE SUA SAÚDE

0800 205 1900

WENDE

www.wendemedicalgroup.com.br

WENDE

WENDE MEDICAL GROUP

C'EST FINI - O jornalista e apresentador Dany de Nuccio, após o "Te Devo Essar Brasil", começou a gravar um novo programa para o SBT, o "Bake Off - Cereja do Bolo". O primeiro episódio foi realizado no último fim de semana e feita agora definir a data de estreia. Então é isso. Mais amanhã tem mais. Tchau!

CIDADES

MARICÁ SANCIONA LEI QUE BENEFICIA APRESENTAÇÕES DE ARTISTAS DE RUA

Regra permite o uso de espaços sem autorização prévia de órgãos municipal

O prefeito de Maricá, Fabiano Horta (PT), sancionou a Lei 3.033/21, que permite apresentações de artistas de rua em espaços públicos abertos do município, tais como praças, orlas, praias, anfiteatros, largos e boulevards sem a necessidade prévia de autorização dos órgãos públicos municipais.

De acordo com a nova lei, as manifestações culturais podem ser realizadas desde que estejam de acordo com alguns requisitos, como a gratuidade para os espectadores, sendo permitidas doações espontâneas; a livre fluência do trânsito; a passagem e circulação de pedestres, bem como o acesso a instalações públicas ou privadas. Os eventos não podem fazer uso de palco ou de qualquer outra estrutura de prévia instalação no local; devem utilizar fonte de energia para alimentação de som com potência máxima de trinta kW, ter duração máxima de até quatro horas e finalizados até as 22 horas.

Compreendem-se como atividades culturais de artistas de rua, dentre outras, o teatro, a dança, a capoeira, o circo, a música, o folclore, a literatura e a poesia. A lei determina ainda que as iniciativas não tenham patrocínio privado que as caracterize como um evento de ma-



AS MANIFESTAÇÕES culturais podem ser realizadas desde que estejam de acordo com alguns requisitos

rketing, salvo projetos apoiados por leis municipais, estaduais ou federais de incentivo à cultura. Além disso, é indispensável que os artistas estejam devidamente cadastrados na

Secretaria de Cultura de Maricá.

De acordo com o secretário municipal de cultura, Sady Branchin, a lei é positiva por legitimar a atuação de diferentes tipos de linguagem

artística em lugares públicos. Citando um trecho da música "Bailes da Vida", de Milton Nascimento, ele destacou que isso também ajuda na revitalização do uso desses espaços.

"O espaço urbano é um cenário natural e cultural para as apresentações, pois o artista vai onde o povo está e juntos fazem intervenções urbanas que estabelecem vários diálogos, que revitalizam e humanizam com suas narrativas a cidade. Por isso, é essencial o olhar da gestão pública com o sentido de assegurar a integridade, o talento e a liberdade de expressão dos artistas", avaliou o secretário.

Para fins desta Lei, bastará ao responsável pela manifestação artística informar a Região Administrativa sobre o dia e hora de sua realização, a fim de contabilizar o compartilhamento de espaço, se for o caso, com outra atividade da mesma natureza no mesmo dia e local.

É importante destacar que as atividades desenvolvidas com base nessa lei não implicam em isenção de taxas, emolumentos, tributos e imposto quanto aos patrocínios públicos diretos ou a eventuais pagamentos recebidos pelos realizadores efetuados através de leis de incentivo fiscal.

Durante a atividade ou evento, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis, como DVD's, CD's, livros, quadros e peças artesanais, observadas as normas que regem a referida Lei.

CENTRO DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR COMPLETA 15 ANOS EM SAQUAREMA

Criado em 30 de junho de 2006, o Centro de Apoio à Inclusão Escolar (CAIE) de Saquarema completou 15 anos de existência ontem. O surgimento do projeto foi com o intuito de promover o desenvolvimento de alunos com deficiências matriculados no município. Atualmente, o local conta mais de 120 alunos matriculados na SR- Sala de Recursos e no PAE - Programa de Apoio ao Educando.

No CAIE funcionam Salas de Recursos, onde são prestados acompanhamentos específicos à Deficiência Visual, Deficiência Auditiva e Altas Habilidades e demais deficiências, e a sala do PAE. O Atendimento Educacional Especializado é prestado também por psicopedagogos, psicólogos, fisioterapeuta e neurologista que realizam avaliações e prestam orientações aos professores e responsáveis; a instituição também atua como referência, em formação e ori-

entação, à toda rede de educação, com temas específicos na área de Educação Especial/ Inclusiva.

Os cursos são ofertados em diferentes períodos, com temas como Libras, Braille, Autismo, Deficiência Intelectual, Adaptação Curricular, Inclusão Escolar para Pais e Responsáveis e Deficiências Múltiplas, e contam com mais de 230 inscritos, atualmente. Abertos à comunidade, são sistematicamente publicados em edital, no site e nas redes sociais da Prefeitura. O Centro também disponibiliza o projeto CAIE Sob Medida, que consiste na realização de palestras solicitadas de acordo com as necessidades de cada unidade educacional, da rede de ensino de Saquarema.

Instalado em sede própria, na Rua Ernestino Bravo, 155, em Bacauá, a Instituição passou a contar com melhores instalações, adaptadas às necessidades do público atendido.

ATENDENDO a mais de 120 alunos matriculados, instituição de Saquarema é voltada a ajudar crianças com deficiência



EQUIPE DA PREFEITURA REALIZA VISITA AO PARQUE INDUSTRIAL DE RIO BONITO

A equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Rio Bonito visitou, ontem, mais uma empresa do Parque Industrial no segmento de agropecuária, alacado, construção, mineração, terraplenagem, pedreiras e fundação. O objetivo da visita é discutir futuras parcerias entre os comerciantes do local e a prefeitura.

O secretário municipal de Agricultura, Desenvolvimento

Econômico e Trabalho Teodor Cerqueira falou sobre a expectativa a respeito dos benefícios da lei estadual de incentivo fiscal serem aplicados ao comércio que se encontra na região.

"As empresas vem recebendo com grande entusiasmo e otimismo a informação da adesão da lei do incentivo fiscal do estado que nosso Prefeito Leandro Peixe conseguiu incluir Rio Bonito",

ressaltou Cerqueira.

Nesta série de visitas foi reforçada com os concessionários de áreas do Parque Industrial a necessidade do cumprimento da lei que rege as concessões de áreas.

"Muito nos orgulha visitar esta empresa que gera emprego, renda e desenvolvimento econômico para nosso Município", concluiu Bárbara Dias, Coordenadora de Desenvolvimento Econômico.

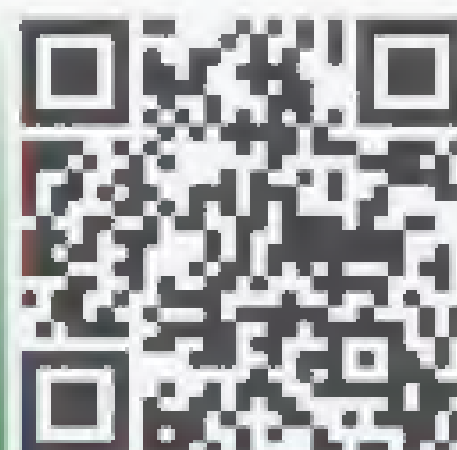


OBJETIVO é o de discutir futuras parcerias entre as empresas do local e a prefeitura


Nas cores
Branco
Tabaco

INSTALE SUA CALHA

99611-1877 R\$ 65,00 Calha



PUBLICIDADE LEGAL



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Rio Bonito

IPREVIRB – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito

PORTARIA Nº 058/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 002 de 13/04/2021.

Resolve:
Art. 1º - APOSENTAR, a partir de 13/03/2021, com futuro na Art. 40, § 1º, Inciso II da Constituição Federal/1988 c/c Art. 2º, Inc. I da Lei Complementar nº 152/2015, a servidora municipal, **MILDA MORAES CARDOSO**, matrícula nº 818, no cargo de Professor II - PG, posicionada na Classe D - 6ª Referência (Art. 18, Inciso IV da Lei 1188/2004 e Art. 28 com redação dada pela Lei 2284/2018).

Art. 2º - FIXAR os proventos de sua aposentadoria de forma proporcional correspondente a 88,612% (8484/10550 dias) da média aritmética dos salários de contribuição (Art. 40, §§ 3º e 17 da CF/88 – redação da EC. 41/2003) no valor de R\$ 1.622,41 (um mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), mensais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01/07/2021.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 17 de junho de 2021

DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 057/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 148 de 14/06/2021.

Resolve:
Art. 1º - APOSENTAR, a partir de 13/05/2021, com futuro na Art. 40, § 1º, Inciso II da Constituição Federal/1988 c/c Art. 2º, Inc. I da Lei Complementar nº 152/2015, a servidor municipal, **AIDE SOUZE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1501, no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionada no quadro do Grupo Elementar - GE, Classe C (Lei nº 429/92, Art. 3º, Inc. II, Anexo 1 e Art. 4º, Inc. III).

Art. 2º - FIXAR os proventos de sua aposentadoria de forma proporcional correspondente a 84,924% (10848/12775 dias) da média aritmética dos salários de contribuição (Art. 40, §§ 3º e 17 da CF/88 – redação da EC. 41/2003) no valor de R\$ 1.088,55 (um mil, oitocentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos), mais complemento para salário mínimo nacional de R\$ 31,45 (trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), totalizando R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01/07/2021.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 28 de junho de 2021
DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 056/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 119 de 05/05/2021.

Resolve:
Art. 1º - Conceder **PENSOÃO POR MORTE**, a partir de 03/05/2021, com futuro na § 7º, Inciso II, da Art. 40 da Constituição Federal/1988 (Redação da EC 41/2003), em favor de, **ELIANE CAVALCANTI DE SOUZA BARBOSA**, em decorrência do falecimento do servidor municipal, **ROBERTO DE SOUZA BARBOSA**, no cargo de Zelador, matrícula nº 2837, posicionado no quadro do Grupo Elementar - GE, Classe C (Lei nº 429/92, Art. 3º, Inc. III, Anexo 1 e Art. 4º, Inc. III).

Art. 2º - FIXAR o benefício de período de forma vitalícia correspondente a 100% (cem por cento) da totalidade da remuneração do cargo efetivo do Servidor apurado na forma da Lei nº 10.887/2004, Art. 2º, Inciso II, totalizando R\$ 2.827,10 (dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e dez centavos) mensais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 28 de junho de 2021

DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 055/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 163 de 28/05/2019.

Resolve:
Art. 1º - APOSENTAR, com futuro na Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor municipal, **ENÉAS NOVELINO DOS SANTOS**, matrícula nº 310, no cargo de Agente de Serviços Gerais (Anexo cargo de Servente - Lei 429/1992, Anexo 5), posicionada no quadro do Grupo Elementar - GE, Classe C (Lei nº 429/92, Art. 3º, Inc. III, Anexo 1 e Art. 4º, Inc. III).

Art. 2º - FIXAR os proventos de sua aposentadoria de forma integral com futuro na Art. 3º da EC. 47/2005 no valor total de R\$ 2.357,15 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas:

• Vencimento base de cargo ————— R\$ 1.188,00
(Lei nº 2428/2021 - Art. 7º)

• Adicional Mensal Integralizado ————— R\$ 471,43
(Lei 1822/2013 - Art. 138)

• Adicional por Tempo de Serviço 50% ————— R\$ 786,72
(Lei 1822/2013 - Art. 137)

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 28 de junho de 2021
DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 060/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 085 de 14/04/2021.

Resolve:
Art. 1º - APOSENTAR, com futuro na Art. 40, §1º, Inc. III, alínea "b" da CF/88 (redação da EC. nº 41/2003), o servidor municipal, **ALTON JORGE DE AGUIAR**, matrícula nº 2838, no cargo de Zelador, posicionado no quadro o Grupo Elementar - GE, Classe C (Lei nº 429/92, Art. 3º, Inc. III, Anexo 1 e Art. 4º, Inc. III).

Art. 2º - FIXAR os proventos de sua aposentadoria de forma proporcional correspondente a 47,515% (8079/12775 dias) da média aritmética dos salários de contribuição (Art. 40, §§ 3º e 17º da CF/88 – redação da EC. 41/2003) no valor de R\$ 815,18 (oitocentos e quinze reais e dezessete centavos), mais complemento de salário mínimo nacional (Art. 201, § 2º da CF/1988) no valor de R\$ 484,84 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 29 de junho de 2021

DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 061/2021

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2128/18 e Decreto nº 004/2021 de 07/01/2021, tendo em vista o que consta no Processo nº 117 de 04/05/2021.

Resolve:
Art. 1º - Conceder **PENSOÃO POR MORTE**, a partir de 24/04/2021, com futuro na § 7º, Inciso II, da Art. 40 da Constituição Federal/1988 (Redação da EC 41/2003), em favor de, **RAFAEL FERREIRA QUINTANILHA**, em decorrência do falecimento da servidora municipal, **FLAVIA REGINA FERREIRA RODRIGUES QUINTANILHA**, matrícula 4114, no cargo de Professor I - LP, posicionada na Classe C - 1ª Referência (Art. 17, Inciso I da Lei 1188/2004 e Art. 28 com redação dada pela Lei 2284/2018).

Art. 2º - FIXAR o benefício de período de forma vitalícia correspondente a 100% (cem por cento) da totalidade da remuneração do cargo efetivo da Servidora, apurado na forma da Lei 10.887/2004, Art. 2º, Inciso II, totalizando R\$ 2.879,46 (dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos) mensais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Assin-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito.

Rio Bonito, 29 de junho de 2021

DEISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
DIRETORA PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Adão do Pinheiro

LEI Nº 3091 DE 30 DE JUNHO DE 2021
Estabelece condições e requisitos para a celebração de transação com meio de extinção de créditos fiscais, no âmbito do Município de Niterói, autoriza expressamente a realização de negócio jurídico procedido da celebração da transação, e as outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as regras e as condições para que o Município de Niterói realize, com os devedores ou os países aderentes, transação relativa à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

§1º O Município, em caso de oportunidade e conveniência, poderá celebrar transação em quaisquer das modalidades de que trata esta Lei, sempre que, necessariamente, atender que a medida atende ao interesse público.

§2º A transação de créditos de natureza tributária será regulada nos termos do art. 171 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e do art. 247 da Lei Municipal nº 3359, de 30 de setembro de 2018 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º Para fins de atuação a regulamentação desta Lei serão observados, entre outros, os princípios da eficiência, da capacidade contributiva, da transparência, da moralidade, da razoável duração dos processos, da eficiência e, especialmente, as informações protegidas por sigilo, o princípio da publicidade (Artigo 37, inciso I da Constituição Federal).

§1º - quando a transação individual preferencialmente pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos da transação celebrada, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, respeitadas as legítimas proteções por sigilo.

§2º - quando a transação por adesão e, enquanto não desenvolvido o sistema mencionado no inciso anterior, quando a transação individual, pela disponibilização dos termos da transação mediante simples requerimento, feito ao órgão administrativo competente.

§3º - todas as transações celebradas serão devidamente divulgadas no Portal de Transparência, reservando a devida sigilo legal.

Art. 3º Aplicar-se o disposto nesta Lei à dívida ativa arrecada e não tributária do Município, referente a multas e/ou juros, cobrança ou representação incobrada à Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 5º, II, da Lei Municipal nº 3359, de 06 de julho de 2018.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se microempresa ou empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que esteja registrada como tal no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Os atos que impliquem sobre a transação poderão, quando for o caso, considerar sua ocorrência à observância das normas organizacionais e financeiras.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES

Art. 6º A transação poderá contemplar os seguintes benefícios, alternativos ou cumulativamente:

I - o cancelamento de descontos, apenas para os créditos considerados como inscricíveis ou de difícil recuperação, conforme artigos 11 e 17 desta Lei;

II - o oferecimento de prestações e formas de pagamento especiais, incluindo o oferecimento a moratória ou parcelamento;

III - o oferecimento, a substituição ou a alienação de garantias e de consórcios;

Art. 7º É vedada a transação que atinja créditos que já tenham sido objeto de transação realizada no mesmo ato, considerando-se como marco inicial a data da rescisão formal da transação perante o órgão marcos inicial a data da formação de nova proposta, ou a data da alienação, a depender da forma em que efetuada.

CAPÍTULO II

MODALIDADES E FORMAS DE TRANSACÇÃO

Art. 8º Para fins desta Lei, são modalidades de transação as seguintes:

I - na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa do Município;

II - no contencioso judicial;

Art. 9º A transação, em qualquer das modalidades acima, poderá ser feita sob a forma de proposta individual ou por adesão.

§1º A transação por adesão será:

I - procedida de edital que especificará todos os seus conteúdos, os quais serão automaticamente aceitos pelo devedor que optar pela modalidade ofertada;

II - feita preferencialmente por sistema eletrônico, disponibilizado pela Procuradoria-Geral do Município (PGM);

§2º A proposta de transação individual poderá ser feita por iniciativa do órgão responsável pela cobrança dos créditos ou do devedor, devendo, em ambos os casos, estar em conformidade com o disposto no presente artigo.

§3º Independente da forma de transação escolhida, a Procuradoria Municipal deverá formar comissão composta por representantes eleitos, através de regulamentação posterior, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e imparcialidade, sem prejuízo das demais normas de transparência.

CAPÍTULO III

PARCELAMENTO E DESCONTOS

Art. 10. A Procuradoria deverá, progressivamente, conforme regulamentação e em conformidade com as disposições de facilitação para pagamento de créditos, inclusive verificação de parcelamento por crédito de créditos, por a outras meios de pagamento aceitos pelo Banco Central.

Art. 11. No âmbito da transação, poderá ser cancelado parcelamento dos créditos negociados, suspendendo-se como limite.

I - para pessoa registrada de até R\$ 100.000,00.

a) entrada de até 10% e restante em até 64 parcelas, para pessoas jurídicas em geral;

b) entrada de até 20% e restante em até 36 parcelas, para pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte;

c) entrada de até 30% e restante em até 120 parcelas, para pessoas jurídicas em geral;

d) entrada de até 10% e restante em até 144 parcelas, para pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte;

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas mensais será o valor de referência na base de referência A10, para pessoas jurídicas em geral, previsto no Anexo I do Código Tributário Municipal e atualizados anualmente pelo índice de correção monetária adotado no Município.

Art. 12. A concessão de descontos será restrita aos créditos inscricíveis ou de difícil recuperação, assim classificados:

I - por critérios que permitam presumir a reduzida chance de êxito ou verossimilhança na cobrança do crédito, ou à baixa capacidade de pagamento do devedor, incluindo, necessariamente, os critérios:

a) - Insuficiência por empresas em recuperação judicial ou extrajudicial em liquidação judicial, em insolvência ou interdição extrajudicial, ou em falência;

b) - Insuficiência por pessoas físicas;

c) - Insuficiência por pessoas físicas;

d) - Insuficiência por pessoas físicas;

e) - Insuficiência por pessoas físicas;

f) - Insuficiência por pessoas físicas;

g) - Insuficiência por pessoas físicas;

h) - Insuficiência por pessoas físicas;

i) - Insuficiência por pessoas físicas;

j) - Insuficiência por pessoas físicas;

k) - Insuficiência por pessoas físicas;

l) - Insuficiência por pessoas físicas;

m) - Insuficiência por pessoas físicas;

n) - Insuficiência por pessoas físicas;

o) - Insuficiência por pessoas físicas;

p) - Insuficiência por pessoas físicas;

q) - Insuficiência por pessoas físicas;

r) - Insuficiência por pessoas físicas;

s) - Insuficiência por pessoas físicas;

t) - Insuficiência por pessoas físicas;

u) - Insuficiência por pessoas físicas;

v) - Insuficiência por pessoas físicas;

w) - Insuficiência por pessoas físicas;

x) - Insuficiência por pessoas físicas;

y) - Insuficiência por pessoas físicas;

z) - Insuficiência por pessoas físicas;

aa) - Insuficiência por pessoas físicas;

ab) - Insuficiência por pessoas físicas;

ac) - Insuficiência por pessoas físicas;

ad) - Insuficiência por pessoas físicas;

ae) - Insuficiência por pessoas físicas;

af) - Insuficiência por pessoas físicas;

ag) - Insuficiência por pessoas físicas;

ah) - Insuficiência por pessoas físicas;

ai) - Insuficiência por pessoas físicas;

II - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

III - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

IV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

V - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

VI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

VII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

VIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

IX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

X - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XIV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XVI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XVII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XVIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XIX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXIV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXVI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXVII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXVIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXIX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXIV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXV - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXVI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXVII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXVIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XXXIX - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XL - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XLI - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XLII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

XLIII - a concessão de desconto, de acordo com o disposto no inciso I, quando a transação for celebrada em forma de adesão;

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Estágio nº 01202021. **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o assessor LÉTICIA MIRANDA GONÇALVES DA SILVA sendo como interveniente a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade. **PRAZO:** Sete (06) meses, com início da vigência em 01/06/2021 e término em 06/12/2021. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 5.012,40 (cinco mil e doze reais e quatro centavos) referente a folha mensal de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte. **VERBA:** No âmbito de Despesa nº 3360 38 00, Programa de Trabalho nº 2201 1041220145 4101, Item 1.36. **Fundamento:** Lei Federal nº 11.756/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 028/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 0910033055012. **Data da Assinatura:** 07 de junho de 2021.

ESTRATO Nº 014/2021
INSTRUMENTO: Termo Aditivo de Estágio nº 035/2021. **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o estudante NATÁLIA DA SILVA PASCHOE sendo como interveniente a SOCIEDADE ENSINO SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO DESESA LTDA. **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade. **PRAZO:** Sete (06) meses, com início da vigência em 16/05/2021 e término em 17/11/2021. **VALOR ESTIMADO:** R\$ R\$ 5.897,30 (cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos) referente a folha auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte. **VERBA:** No âmbito de Despesa nº 3360 38 00, Programa de Trabalho nº 2201 1041220145 4101, Item 1.36. **Fundamento:** Lei Federal nº 11.756/08, Decreto Municipal nº10901/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 16 de Maio de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO
Termo de Compromisso nº 004/2021 - que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEEL, e o pugue-lado ANSELMO GONÇALVES RIBEIRIM E L., para a realização do evento Torneio Amistoso de Futebol realizado no AABR - CLUBE SÃO FRANCISCO, em dia 27/06/2021 no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), que obedece a Termo de Compromisso nº 004/2021. Fundamento legal: caput do art. 217 e seu inciso II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, art. 253 e seguintes, Lei Federal nº 8.559/93, art. 2º, inciso V, art.3º inciso III, art. 68, art.25 caput e art.118 da Lei 6.005/93. Verbo: Código de Despesa nº 333803984 do Programa de Trabalho nº 14.0122 812 0137 4110 da Fome 136 processo nº 23000023012/2021.

EXTRATO
Termo de Compromisso nº 005/2021 - que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEEL, e o pugue-lado INSIPIUTIG CARLOS AUGUSTO BATTELOUCOURT UNOAB, para a realização do evento Niterói de Todos os Angulos - 2º Edição, realizado no Parque da Cidade em 15/06/2021 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que obedece a Termo de Compromisso nº 005/2021. Fundamento legal: caput do art.217 e seu inciso II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, art.253 e seguintes, Lei Federal nº 8.559/93, art. 2º, inciso V, art.3º inciso III, art. 68, art.25 caput e art.118 da Lei 6.005/93. Verbo: Código de Despesa nº 333803984 do Programa de Trabalho nº 14.0122 812 0137 4110 da Fome 136 processo nº 23000023012/2021.

Corrigenda
No Extrato publicado no dia 28/06/2021, onde se lê: Termo de Compromisso nº 005/2021, lê-se: Termo de Compromisso nº 003/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE
Ata do Secretário

PORTARIA SMARHS Nº 010 de 24/06/2021
Deixa os documentos e estudos necessários para requerimento junto à SMARHS dos atos administrativos para regularidade ambiental do empreendimento e atividades no Município de Niterói.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE – SMARHS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Ambiental nº 2.000/2006, e considerando a necessidade de revisar dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, da forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Municipal do Meio Ambiente, considerando a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua. Considerando a situação, nos casos de infração da Lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, e da observância da norma do padrão estabelecido, na acordo com as prerrogativas conferidas ao Poder Pleno Municipal pelo artigo 12, incisos X e XI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º O requerimento dos processos de licenciamento e autorização ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, dentro ou imediatamente adjacentes ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sujeitos ao licenciamento ambiental, observará as regras (discretas) no Anexo I deste regulamento, atendendo as orientações contidas na minuta, por e potencializando da empreendimento ou atividade, apresentando, para análise a devida aprovação da SMARHS.
Art. 3º A SMARHS poderá requerir ao longo do processo de atos administrativos de regularidade ambiental novos documentos sobre a esfera local: Regimento Interno – A SMARHS, após a análise técnica, poderá dispensar documentos que emitem por desnecessários, desde que devidamente justificados.
Art. 3º A renovação das licenças se dará uma única vez no mesmo processo administrativo.

Parágrafo único – Caso seja necessário a continuidade do licenciamento ambiental, deverá ser requerido através de um novo processo administrativo, respeitando o prazo legal.
Art. 4º Para o licenciamento da atividade de tratamento de esgoto sanitário, o sistema de a ser adotado deverá ser pelo método “inservido absoluto”, ou seja, águas pluviais coletadas em rede separada de rede de esgoto sanitário.
Art. 5º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
ESTUDOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1- LICENÇA DE DEBONTE, ATERRO, TERRAPLANAGEM OU ESCAVAGAÇÃO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
7. Contrato social/ última alteração;
8. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
9. Projeto de arquitetura aprovado pela Sec. Municipal de Urbanismo, contendo: corte, planta baixa, fachada, quadro de áreas e zoneamento ou supressão antes Autorização de Supressão da Vegetação emitida pela SMARHS;
10. Declaração de presença ou não de vegetação associada pelo responsável técnico. Em caso de supressão, anexar Autorização de supressão de vegetação emitida pela SMARHS;
11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo anexar Faixa Marginal de Proteção;
12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;
13. Declaração informando se haverá demolição. Em caso positivo anexar cópia da Licença de Demolição.

DO PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL, GEÓLOGO OU ARQUITETO
14. Filosofia da Carteira do Conselho de classe válida e Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico da atividade estáo empreendimento emitida pelo conselho competente, ou documento similar;
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PORCO - Lei 2730/2018 e Resolução CONAMA nº 387/2006 (Assinado pelo Responsável Técnico) contendo:
15. Volume do Material, com empacotamento;
16. Classificação do Material;
17. Sonodlogia (avaliação construção unitária);
18. Cronograma da atividade de demolição com volume mensal;
19. Declaração informando se haverá demolição de rocha. Em caso positivo, pelo anuência da Agência Nacional de Mineração;
20. Anuência origin do órgão do documento corroboratório, em caso de empreendimento;
21. Medidas de Prevenção Ambiental;
22. Medidas de Prevenção de acidentes;
23. Método de Execução do demonte;
24. Memorial do cálculo do volume de Resíduos (m³).

1.1. DEBONTE A FLOCO
1. Certificado de Registro no serviço de instalação de produtos controlados (SPRC) do Estado Brasileiro;
2. Licença do Estado, Secretaria de Segurança Pública, (Direito de Fecundação de Armas e Explosivos para empresa executora);
3. Pare e empresa executora, Anotação do CNPJ, e Cópia da Carteira do responsável Técnico;
4. Termo de Responsabilidade (empresa executora);

5. Plano de fogo;
6. Medidas de Segurança;
7. Licença para Bateria;
8. Plano de emergência contra incêndio, público e acidente.

REMOVAÇÃO DE LICENÇA DE DEMONTE
Com início de obra:
1. Relatório de entrega dos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;
2. Cópia de (s) Licença (s) anterior;

3. Novo cronograma mensal de execução do demonte, com volume (m³) e empacotamento, assinado pelo responsável técnico.
Sem início de obra:
1. Cópia (s) Licença (s) anterior;

2. Declaração informando que a demolição não foi realizada, assinado pelo responsável técnico;
3. Novo cronograma mensal de execução do demonte, com volume (m³) e empacotamento, assinado pelo responsável técnico.

2- LICENÇA DE DEMOLIÇÃO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Declaração de que o imóvel não se encontra na lista de Bens Tombados com assinatura do responsável técnico;
6. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
7. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
8. Contrato social/ última alteração;
9. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
10. Declaração de presença ou não de vegetação. Em caso de supressão antes Autorização de Supressão da Vegetação emitida pela SMARHS;

11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso positivo anexar Faixa Marginal de Proteção;
12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;
13. Cópia do Edital do IPTU do imóvel, contendo a metragem do imóvel DO PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL/ARQUITETO
14. Filosofia da Carteira do CREA/CV atualizada e anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico da atividade estáo empreendimento emitida pelo conselho competente ou documento similar;
2.1- PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL- PORCO - Lei 2730/2018 e Resolução CONAMA nº 387/2006 (Assinado pelo Responsável Técnico) contendo:
1. Área e ser demolição (m²);
2. Volume do Material (m³) com empacotamento;
3. Classificação do Material;
4. Cronograma da atividade com volume (m³) mensal;
5. Medidas de Prevenção Ambiental;
6. Medidas de Prevenção de acidentes;
7. Método de Execução da demolição;

2.2- REMOÇÃO DE LICENÇA DE DEMOLIÇÃO
Com início de obra:

1. Relatório de entrega dos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;
2. Cópia da Licença anterior;
3. Plano necessário para a execução da demolição, assinado pelo responsável técnico;

Sem início de obra:
1. Cópia (s) Licença (s) anterior;- 2. Declaração informando que a demolição não foi realizada, com assinatura do responsável técnico;

3. Novo cronograma mensal de execução da demolição, com volume (m³) e empacotamento pelo responsável técnico.

2.3- CERTIDÃO DE DEMOLIÇÃO (DEVERÁ SER REQUERIDA NO MESMO PROCESSO DE LICENÇA DE DEMOLIÇÃO)
1. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;- 2. Relatório de entrega dos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;
- 3. Cópia da Licença de Demolição;
- 4. Edital do IPTU do imóvel que foi demolido;

3- LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
7. Contrato social/ última alteração;
8. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
9. Projeto de arquitetura aprovado pela Sec. Municipal de Urbanismo, contendo: corte, planta baixa, fachada, quadro de áreas e zoneamento;
10. Declaração de presença ou não de vegetação. Em caso de supressão antes Autorização de Supressão da Vegetação emitida pela SMARHS;
11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso de intervenção relacionadas aos recursos hídricos como, por exemplo, canalização ou instalação de corpos d'água, apresentar projeto aprovado pela INRA;
12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;

13. Em caso de projeto aprovado pela Lei de Vias e condutas de presença projeto, são necessários ainda projeto de drenagem interna e projeto aberturação aprovado pela SMARHS.

14. Nos instalações em unidades nos terrenos de Niterói de Niterói nº 25302508, apresentar o projeto dos reservatórios de retenção ou acúmulo de águas pluviais com os respectivos memoriais técnicos descritivos e justificativos com assinatura do responsável técnico;

15. Declaração emitida pela SECONSER (Sec. de Conservação e Serviços Públicos) atestando a viabilidade de ligação do coletor predial de águas pluviais na rede pública.

DO PROFISSIONAL TÉCNICO ENGENHEIRO CIVIL/ARQUITETO
16. Filosofia da Carteira do CREA/CV atualizada e anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico da atividade estáo empreendimento emitida pelo conselho competente;

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL- PORCO - Lei 2730/2018 e Resolução CONAMA nº 387/2006 (Assinado pelo Responsável Técnico) contendo:

1. Classificação do Material;
 2. Cronograma da atividade;
 3. Medidas de Prevenção Ambiental;
 4. Medidas de Prevenção de acidentes;
 5. Método de Execução;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS**
17. Declaração de Possibilidade de Coleta de Esgotos DPE - Água de Niterói;
a. DPE 1- Caso não exista rede, o requerente deverá apresentar projeto de tratamento de esgoto sanitário aprovado;
b. Em caso de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, esta será analisada pela SMARHS, contendo: planta baixa e corte, localização da ETE no terreno, memorial descritivo e cálculo, com assinatura do responsável técnico;

18. Declaração de Possibilidade de Abastecimento de Água- DPA - Água de Niterói;
19. Declaração de Possibilidade de Coleta de Resíduos Sólidos- CLRS- CLRS/PTA da Urbana Urbana (CLN);

20. Projeto de Tratamento Acústico para utilização de terra, aprovado pela SMARHS, Lei Federal 4901/2006;

21. Projeto de desmembramento ou remembramento, em casos específicos;

22. Análise topográfica das Unidades de Demolição e Demonte. Caso as mesmas não tenham sido necessárias, anexar uma declaração assinada pelo requerente ou por seu responsável técnico.

3.1- RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
Com início de obra:

1. Relatório de entrega dos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;
2. Cópia da Licença anterior e sua publicação;
3. Novo cronograma da instalação da rede, assinado pelo responsável técnico;

Sem início de obra:
1. Cópia da Licença anterior e sua publicação;- 2. Declaração informando que a instalação não foi realizada, com assinatura do responsável técnico;

3. Novo cronograma de execução da obra, assinado pelo responsável técnico;

3.2- LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE ATIVIDADE
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
7. Contrato social/ última alteração;
8. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
9. Análise técnica;

10. Certidão de Zoneamento e Viabilidade emitida pelo Projeto de arquitetura aprovado pela Sec. Municipal de Urbanismo, contendo: corte, planta baixa, fachada, quadro de áreas e zoneamento;

11. Declaração de presença ou não de vegetação assinado pelo responsável técnico. Em caso de supressão antes Autorização de supressão da vegetação emitida pela SMARHS;

12. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo anexar Faixa Marginal de Proteção (m³);

DO PROFISSIONAL TÉCNICO
13. Filosofia da Carteira profissional atualizada e anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico da atividade estáo empreendimento emitida pelo conselho competente.

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS
14. Fluxograma da atividade assinado pelo responsável técnico;

15. Declaração de Possibilidade de Coleta de Esgotos DPE - Água de Niterói;
a. DPE 1- Caso não exista rede, o requerente deverá apresentar projeto de tratamento de esgoto sanitário aprovado;

b. Em caso de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, esta será analisada pela SMARHS, contendo: planta baixa e corte, localização da ETE no terreno, memorial descritivo e cálculo. Assinado pelo responsável técnico;

16. Declaração de Possibilidade de Abastecimento de Água DPA – Água de Niterói;

17. Declaração de Possibilidade de Coleta de Resíduos Sólidos – Cronograma de Limpeza Urbana (CLN);

18. Planta Baixa do layout;

19. Análise. Em caso de não existir deverá anexar certidão de viabilidade técnica emitida pela SEC. MUNICIPAL DE URBANISMO;

20. Formulário Cadastro Ambiental preenchido e assinado pelo responsável técnico, fornecido pela SMARHS;

21. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

22. PGRS – Plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

MEMORIAL DESCRITIVO DA ATIVIDADE ASSINADO PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO

1. Descrição da atividade requerida;
2. Informar área total construída;
3. Área do terreno;

3.3- RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

1. Relatório de entrega dos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;
2. Cópia da Licença anterior e sua publicação;
3. Novo cronograma de instalação da atividade;

4- LICENÇA PREVIA
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
7. Contrato social/ última alteração;

8. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
 9. Certidão de zoneamento e viabilidade ou Projeto aprovado pela Sec. Municipal de Urbanismo;
 10. Declaração de presença ou não de vegetação assinado pelo responsável técnico;
 11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água assinado pelo responsável técnico;
- DO PROFISSIONAL TÉCNICO**
12. Filosofia da Carteira do conselho atualizada e anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico da atividade estáo empreendimento emitida pelo conselho competente.

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS
13. Memorial descritivo da atividade;

14. Fluxograma da atividade assinado pelo responsável técnico;

15. Corte de Água / Esgoto atual (Caso não exista rede, o requerente deverá apresentar projeto de tratamento de esgoto sanitário aprovado);

16. Planta Baixa do layout;

17. Projeto hidráulico-sanitário do local;

18. Análise técnica;

19. Formulário Cadastro Ambiental preenchido e assinado pelo responsável técnico, fornecido pela SMARHS;

20. Apresentar relatório de entrega dos últimos manifestos dos resíduos emitido pelo INEA;

21. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS DE BAIXE
22. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (Resolução CONAMA nº588 de 2006 e RDC 272 de 2018 da ANVISA), assinado pelo Responsável técnico, com apresentação de Anotação Responsabilidade Técnica – ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar quando houver. Constar na data de 1 e 4 do ano 1 da Resolução INEA nº51/2012 e a geração de resíduos das empresas terceirizadas;

23. Anuência e Cadastro de geração de RSS, conforme o anexo 8 da Resolução INEA nº50/2012, aprovado pelo INEA;

24. Licença da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEA) para os casos exigidos na legislação vigente;

25. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

6- LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA GARAGEMAMENTO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. Identidade e CPF do responsável técnico;
7. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
8. Contrato social/ última alteração;
9. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
10. Certidão de zoneamento e viabilidade emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso positivo, anexar Certidão Ambiental, informando a Faixa Marginal de Proteção;

12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;

13. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS DE BAIXE
22. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (Resolução CONAMA nº588 de 2006 e RDC 272 de 2018 da ANVISA), assinado pelo Responsável técnico, com apresentação de Anotação Responsabilidade Técnica – ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar quando houver. Constar na data de 1 e 4 do ano 1 da Resolução INEA nº51/2012 e a geração de resíduos das empresas terceirizadas;

23. Anuência e Cadastro de geração de RSS, conforme o anexo 8 da Resolução INEA nº50/2012, aprovado pelo INEA;

24. Licença da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEA) para os casos exigidos na legislação vigente;

25. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

6- LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA GARAGEMAMENTO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. Identidade e CPF do responsável técnico;
7. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
8. Contrato social/ última alteração;
9. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
10. Certidão de zoneamento e viabilidade emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso positivo, anexar Certidão Ambiental, informando a Faixa Marginal de Proteção;

12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;

13. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS DE BAIXE
22. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (Resolução CONAMA nº588 de 2006 e RDC 272 de 2018 da ANVISA), assinado pelo Responsável técnico, com apresentação de Anotação Responsabilidade Técnica – ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar quando houver. Constar na data de 1 e 4 do ano 1 da Resolução INEA nº51/2012 e a geração de resíduos das empresas terceirizadas;

23. Anuência e Cadastro de geração de RSS, conforme o anexo 8 da Resolução INEA nº50/2012, aprovado pelo INEA;

24. Licença da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEA) para os casos exigidos na legislação vigente;

25. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

6- LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA GARAGEMAMENTO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. Identidade e CPF do responsável técnico;
7. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
8. Contrato social/ última alteração;
9. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
10. Certidão de zoneamento e viabilidade emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

11. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso positivo, anexar Certidão Ambiental, informando a Faixa Marginal de Proteção;

12. Memorial descritivo da atividade assinado pelo responsável técnico;

13. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS DE BAIXE
22. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (Resolução CONAMA nº588 de 2006 e RDC 272 de 2018 da ANVISA), assinado pelo Responsável técnico, com apresentação de Anotação Responsabilidade Técnica – ART, Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar quando houver. Constar na data de 1 e 4 do ano 1 da Resolução INEA nº51/2012 e a geração de resíduos das empresas terceirizadas;

23. Anuência e Cadastro de geração de RSS, conforme o anexo 8 da Resolução INEA nº50/2012, aprovado pelo INEA;

24. Licença da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEA) para os casos exigidos na legislação vigente;

25. Laudo de Engenheiro e Certificado de aprovação fornecido pelo Corpo de Bombeiros (Decreto 42 de 17 de dezembro de 2018- Códigos de Segurança contra Incêndio e Pânico – COSCIP);

6- LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA GARAGEMAMENTO
DOCUMENTOS GERAIS

1. Presentimento completo do requerimento com assinatura do responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga - (A2), se aplicável;
3. Identidade e CPF do Representante Legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando necessária;
4. Escritura do imóvel ou documento similar ou contrato de locação autorizando a atividade;
5. Caso o proprietário não seja o requerente deverá anexar documento, autorizando a atividade pretendida;
6. Identidade e CPF do responsável técnico;
7. CNPJ da empresa ou CPF do requerente;
8. Contrato social/ última alteração;
9. Planta de localização - Google indicando o local e seus acessos;
10. Certidão de zoneamento e viabilidade ou Projeto aprovado pela Sec. Municipal de Urbanismo;

11. Declaração de presença ou não de vegetação. Em caso de supressão antes Autorização de supressão da vegetação emitida pela SMARHS;

12. Declaração de presença ou não de cursos ou corpos d'água. Em caso positivo, anexar Faixa Marginal de Proteção (FMP);

12. Alvará válido;
13. Projeto de esgotamento sanitário e efluente de efluente aprovado do Conselho de Defesa Final adequado do efluente enviado pelo órgão competente, responsável pelo atendimento e saneamento da região onde se localiza o empreendimento;
14. Planta Baixa ou Layout: Planta baixa das instalações de armazenamento e armazenamento de combustíveis líquidos e a Planta baixa e detalhes das instalações dos sistemas de drenagem pluvial, águas servidas e esgoto sanitário, com indicação de suas destinações;
15. Memorial Descritivo da Atividade, assinado pelo responsável técnico;
16. Inserir descrição detalhada dos tanques e linhas a Descritão das Disposições do Controle Ambiental Interiores preenchido, com a relação dos equipamentos de proteção contra vazamentos, derramamentos e transbordamentos instalados para combustíveis líquidos e lubrificantes, de acordo com a NBR 13789;
17. Fluxograma de Atividade, assinado pelo responsável técnico;
18. Formulário de Cadastro de Pontos de Serviços preenchido e assinado pelo responsável técnico;
19. Laudo e projeto visado pelo Conselho de Saneamento;
20. Avaliação Ambiental da Qualidade do Solo e da Água Subterrâneas, assinado por responsável técnico (*) (**) (***)
21. Laudo de Estruturalidade do EASE, assinado por responsável técnico de acordo com a NBR 9104 INEA. Deverá ser apresentados Certificados de Conformidade para todos os Produtos e Serviços previstos nas Portarias INMETRO NBR 2003, 100.2003, 37.2005, 108.2005, 110.2005 e 111.2005 e outros que venham a ser publicados.

- Para todos classes 3, comprovação da instalação e manutenção do sistema de monitoramento eletrônico de vazamentos com sensores em intervalos de tanques de período duplo;
21. Comprovação de treinamento em emergência, operação e manutenção de equipe própria sobre controle de emergência especializada ou declaração de EPAC (Equipe de Pronto Atendimento a Emergências);
22. Relatório de entrega dos Manuais de Resíduos referentes à destinação do óleo lubrificante usado e da água do sistema separator Argenteo (EAO), emitido pelo INEA;
23. Registro de funcionamento junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP);
24. Documentação relativa ao vínculo com o distribuidor de combustível;
25. Não exigível para empreendimentos instalados há menos de 05 (cinco) anos, excetuando-se os que dispõem áreas que já tenham operado atividades potencialmente poluidoras;
26. Para empreendimentos novos será necessária apenas a Avaliação Preliminar a caracterização geológica (solo) e hidrogeológica (águas subterrâneas). Caso sejam identificadas áreas com potencial e suspeita de contaminação deverá realizar a Avaliação Ambiental da Qualidade do Solo e da Água Subterrâneas;
27. A Avaliação Ambiental da Qualidade do Solo e da Água Subterrâneas deverá ser apresentada na forma de relatório claro e objetivo, elaborado por profissional ou empresa registrada no conselho de classe competente, que seja independente, direta ou indiretamente, do proponente do projeto. Condições e imperios, descrição de informações ou omissão o fato será levado ao conhecimento do órgão competente, para aplicação e aplicação das penalidades cabíveis;
28. Análise de risco a gases no efluente das CGAG, conforme NT 202/INEA e atualizações;
29. Caso possui GHV;
30. Informação relativa à proteção acústica implantada, nos compromissos;
31. Teste hidroestático do sistema de compressão, arrematagem e armazenamento, com ART;
32. Análise prévia da FITTRANS para empreendimentos localizados em vias arteriais;

- LEI MUNICIPAL Nº 2285/2005.
27. Caso possua ponto de captação de água subterrânea, obra de controle de vazamento de água (insuficiente de água superficial ou subterrânea enviada pelo INEA).

- LEI ESTADUAL Nº 934/1911 - PORTOS DE COMBUSTÍVEL, EMPRESAS DE ÔNIBUS, TRANSPORTADORAS (caso tenham garagem de veículos)
29. Projeto para reuso de água de lavagem;
31. LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA PORTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS
- DOCUMENTOS GERAIS:
01. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
02. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
03. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
04. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
05. CNPJ do requerente;
06. Alvará válido;
07. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
08. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel autorizando a atividade;
09. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
10. Projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
11. Declaração da presença ou não de vegetação. Em caso de supressão anexar Autorização de supressão de vegetação emitida pela SEMURV;
12. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;

- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
13. Documentação relativa ao vínculo com o distribuidor de combustível;
14. ART ou RRT relativa ao projeto e local de registro profissional do responsável técnico;
15. Projeto de esgotamento sanitário e efluente de efluente com laudo final adequado do efluente;

16. Memorial Descritivo para caracterização do ambiente e dos dispositivos de controle ambiental (NER 13.789), assinado pelo responsável técnico;
17. Memorial Descritivo para LAR referente à caracterização do projeto e demais intervenções previstas no projeto arquitetônico, assinado pelo responsável técnico;
18. Declaração de conformidade com as NBRs pertinentes, assinada pelo responsável técnico;
19. Cronograma físico de implantação/obra assinado pelo responsável técnico;
20. Cópia do Laudo de Engenharia do CBRERJ;
21. Informação relativa à proteção acústica a ser implantada nos compromissos de GHV;
22. Informação sobre o ambiental autônomo de padrões ambientais, incluindo a avaliação geológica e hidrogeológica, acompanhada da ART, com cópia digital, conforme previsto na Resolução CONAMA Nº 420/1969 e NBR-05 da INEA;
23. No caso de utilização de água superficial ou subterrânea, anexar cópia do protocolo de requerimento de outorga ao controle de uso insignificante;

- 3.2- LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO PARA PORTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS
- DOCUMENTOS GERAIS:

1. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
3. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
4. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
5. CNPJ do requerente;
6. Alvará válido;
7. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
8. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel autorizando a atividade;
9. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
10. Projeto de arquitetura aprovado, emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
11. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, informando a Faixa Marginal de Proteção;
12. Cópia da Licença de Derrama para implantação dos tanques;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
13. Memorial Descritivo para caracterização do ambiente e dos dispositivos de controle ambiental (NER 13.789);
14. Plano de obra do local pretendido para instalação do projeto;
15. OPA e OPE do órgão competente, responsável pelo atendimento e saneamento da região onde se pretende implantar o empreendimento;
16. Projeto de tratamento acústico para utilização de ventos, aprovado pela SEMURV- Lei Estadual Nº 493/2006;
17. Análise prévia de FITTRANS para empreendimentos localizados em vias arteriais- Lei Municipal Nº 2285/2005;
- 8- LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETE)
- DOCUMENTOS GERAIS:
1. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
3. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
4. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
5. CNPJ do requerente;
6. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
7. RGI ou Contrato de Locação do imóvel válido;
8. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
9. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
10. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
11. Manual de Operação e Manutenção, contendo:
- procedimentos para partida do sistema de tratamento detalhando as condições de teste;
- procedimentos para controle de operação das Estações de Tratamento de Esgoto;
- programa de monitoramento especificando os parâmetros de controle e a frequência das análises;
- instruções para instalação de equipamentos;
- instruções para instalações elétricas e hidráulicas auxiliares;
12. Planta indicando detalhes de instalação das torres de ventos na estrutura a ser instalada;
13. Informações sobre o local e a forma de disposição dos resíduos gerados;
14. Documentos relacionados ao LAR para apresentação junto com o requerimento de LAR;
15. Relatório de acompanhamento das atividades (RAE);
16. Licença de Operação da Empresa que transportará o lodo de tratamento e outros Resíduos gerados na operação de ETE;
17. No caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual para lançamento de efluentes sanitários, apresentar o documento de Outorga para o direito de uso de recursos hídricos, ou declaração de uso insignificante (cartão);
18. Licença de Operação da operadora que ART do responsável;
19. Contrato ou outro instrumento que comprove vínculo do operador do sistema com o proprietário/condomínio e/ou, declaração de empresa contratada ou do profissional responsável pela operação da ETE, informando a tempo de validade da operação;

- 12- LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO PARA SISTEMA DE ORÇAMENTO URBANO
- DOCUMENTOS GERAIS:

1. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
3. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
4. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
5. CNPJ do requerente;
6. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
7. RGI ou Contrato de Locação do imóvel válido;
8. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
9. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
10. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, informando a Faixa Marginal de Proteção;
11. Cópia da Licença de Derrama para implantação dos tanques;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
12. Memorial Descritivo para caracterização do ambiente e dos dispositivos de controle ambiental (NER 13.789);
13. Plano de obra do local pretendido para instalação do projeto;
14. OPA e OPE do órgão competente, responsável pelo atendimento e saneamento da região onde se pretende implantar o empreendimento;
15. Projeto de tratamento acústico para utilização de ventos, aprovado pela SEMURV- Lei Estadual Nº 493/2006;
16. Análise prévia de FITTRANS para empreendimentos localizados em vias arteriais- Lei Municipal Nº 2285/2005;
- 8- LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETE)
- DOCUMENTOS GERAIS:
1. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
3. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
4. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
5. CNPJ do requerente;
6. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
7. RGI ou Contrato de Locação do imóvel válido;
8. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
9. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
10. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
11. Planta de situação em Escala 1:500 ou maior, contendo a indicação em planta e legenda dos dispositivos de drenagem como bacias de todo, coletores, interceptores e secundários, Poços de Visita (PV) e galerias de drenagem, detalhando o ponto final de lançamento (coordenadas geográficas no google maps) e registro fotográfico do ponto de lançamento. Os projetos deverão ser apresentados em planta baixa, corte e detalhes em escala de fácil visualização. As pranchas deverão estar numeradas e devidamente assinadas pelos responsáveis técnicos (assinatura do projeto e assinatura de obra) e o responsável legal para estabelecimento;
12. Memorial técnico descritivo contendo o projeto de dimensionamento Hidráulico e hidráulico, incluindo as referências das bases de outros utilizados para dimensionamento (hidráulico e Normas Técnicas). Utilizar uma prancha de dimensionamento o Tempo de Recorrência (TR) de no mínimo 6 (seis) anos e hidroclimáticos de 25 (vinte e cinco) anos. Deverá ser metodologia utilizada para o projeto hidroclimático e hidráulico, como por exemplo, método racional, Hidrograma Unitário Triangular, Fórmula de Manning, indicar a metodologia utilizada para cálculo da área de contribuição, tempo da concentração da bacia, etc;
13. Perfil Longitudinal do sistema de drenagem com indicação das cotas das coletores e perfil da terreno com indicação do ponto final de lançamento e as referências "cotas de fundo";
14. Caso haja necessidade deificação na canalização de pontos d'água existentes (rio, córrego ou "vaio"). Apresentar o projeto de canalização ou instalação aprovado pelo INEA. Caso contrário, o responsável técnico deve apresentar uma declaração, afirmando que não houve a instalação ou canalização;
15. Certificado ou Declaração de Serviço de Conservação e Serviços Públicos, atestando a viabilidade de ligação do sistema perfil de drenagem ao corpo público de drenagem urbana;
16. Nas situações esgotamento nos termos da Lei Municipal nº 2630/2008, apresentar o projeto das redes de coleta e/ou esgotamento de águas pluviais com as respectivas memórias técnicas descritivas e justificativas com a assinatura do responsável técnico;
17. APROVAÇÃO PARA SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETEA E FETRO)
- DOCUMENTOS GERAIS:
01. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
02. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
03. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
04. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
05. CNPJ do requerente;
06. Alvará válido;
07. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
08. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel válido;

7. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel válido autorizando a atividade;
8. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
9. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
10. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
11. Declaração de concepção de esgoto sobre possibilidade de ligação à rede (DFE);
12. Planta de situação, escala de 1:500;
13. Memorial Descritivo, contendo no mínimo as seguintes informações:
- áreas e setores atendidos pelo (tratamento) processo;
- legislação prevista nas diversas etapas, em se tratando de instalação, reatualização, obra de ocupação (habitação e similares);
- descrição do sistema de tratamento nas diversas fases;
- processo de tratamento;
- unidades de tratamento;
- número de unidades autônomas, quarteis e dependências de serviços;
- regime de funcionamento da ETE e observância de regras locais, se houver;
- medições de vazão;
- tipo e localização;
- produto final de todo o sistema (lodo e efluente);
- unidade de acumulação de lodo;
- sistema de coleta e disposição do lodo decantado;
- características físico-químicas das efluentes (pH, temperatura, demanda bioquímica de oxigênio de 5 dias (DBO5), resíduo não filtrável total (RNF), óleos e graxas, características físico-químicas das efluentes (pH, temperatura, DBO5, materiais sedimentáveis, RNF, óleos e graxas);
14. Memorial Justificativo, contendo justificativas técnicas para adoção do processo de tratamento adotado e dos parâmetros de projeto, forma de controle;
15. Memorial de Cálculo do dimensionamento hidráulico do sistema, apresentando os seguintes parâmetros:
- população técnica e de projeto;
- vazão per capita de esgoto;
- taxa de aplicação volumétrica;
- tempo de detenção;
- taxa de carga orgânica do lodo;
- taxa de recuperação;
- contribuição individual de cada unidade;
- contribuição individual de RNF;
- vazão média (m³/s) e máxima (m³/s);
- dimensões das unidades de tratamento;
- Representações Gráficas do Sistema (plantas e cortes do sistema de tratamento em planta e/ou 1:100);

16. Plano de situação da ETE e canalizações efluentes (seção longitudinal) e efluentes (seção transversal) até o corpo receptor em escala de 1:500;
- detalhes dos pontos de lançamento e medições de vazão;
- perfil hidrográfico do sistema de tratamento;
- Declaração do sistema de tratamento de esgoto, incluindo o caminho de efluentes, detalhando em planta de pontos de descarga e indicando o corpo receptor;
- Documento relacionado ao LAR para apresentação junto com o requerimento de LAR;
17. No caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual para lançamento de efluentes sanitários, apresentar o documento de Outorga para o direito de uso de recursos hídricos, ou declaração de uso insignificante (cartão);
18. Caso o efluente tratado venha a ser lançado em Galeria de Águas Pluviais (GAP), apresentar declaração de SECORSEJ atestando a viabilidade de ligação e autorizando que seja realizada;
19. Fotocópia de Cartão de CREA/CAU assinado do responsável técnico e ART do RRT do autor do projeto e representante técnico;
- 20- RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
21. Para a renovação da Licença de Instalação, com início de obra deverá ser anexados relatório de entrega dos manuais dos resíduos emitido pelo INEA, cópia de Licença anterior e sua publicação;
22. Para a renovação da Licença de Instalação, sem início de obra deverá ser anexados cópia da Licença anterior e sua publicação;

- EXIGÊNCIA RELATIVA À APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA/PERMISSOINÁRIA
01. Aprovação do projeto do sistema de esgotamento sanitário pela concessionária "Águas de Niterói", no caso de tratamento ou agrupamento de estações como previsto no artigo 9º da Lei Estadual nº 22.872/1998;

- 1- LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO PARA SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETE)
- DOCUMENTOS GERAIS:

01. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
02. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
03. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
04. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
05. CNPJ do requerente;
06. Alvará válido;
07. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
08. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel válido;
09. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
10. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
11. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
12. Manual de Operação e Manutenção, contendo:
- procedimentos para partida do sistema de tratamento detalhando as condições de teste;
- procedimentos para controle de operação das Estações de Tratamento de Esgoto;
- programa de monitoramento especificando os parâmetros de controle e a frequência das análises;
- instruções para instalação de equipamentos;
- instruções para instalações elétricas e hidráulicas auxiliares;
13. Planta indicando detalhes de instalação das torres de ventos na estrutura a ser instalada;
14. Informações sobre o local e a forma de disposição dos resíduos gerados;
15. Documentos relacionados ao LAR para apresentação junto com o requerimento de LAR;
16. Relatório de acompanhamento das atividades (RAE);
17. Licença de Operação da Empresa que transportará o lodo de tratamento e outros Resíduos gerados na operação de ETE;
18. No caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual para lançamento de efluentes sanitários, apresentar o documento de Outorga para o direito de uso de recursos hídricos, ou declaração de uso insignificante (cartão);
19. Licença de Operação da operadora que ART do responsável;
20. Contrato ou outro instrumento que comprove vínculo do operador do sistema com o proprietário/condomínio e/ou, declaração de empresa contratada ou do profissional responsável pela operação da ETE, informando a tempo de validade da operação;
- 12- LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO PARA SISTEMA DE ORÇAMENTO URBANO
- DOCUMENTOS GERAIS:

1. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
2. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
3. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
4. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
5. CNPJ do requerente;
6. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
7. RGI ou Contrato de Locação do imóvel válido;
8. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
9. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
10. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
11. Planta de situação em Escala 1:500 ou maior, contendo a indicação em planta e legenda dos dispositivos de drenagem como bacias de todo, coletores, interceptores e secundários, Poços de Visita (PV) e galerias de drenagem, detalhando o ponto final de lançamento (coordenadas geográficas no google maps) e registro fotográfico do ponto de lançamento. Os projetos deverão ser apresentados em planta baixa, corte e detalhes em escala de fácil visualização. As pranchas deverão estar numeradas e devidamente assinadas pelos responsáveis técnicos (assinatura do projeto e assinatura de obra) e o responsável legal para estabelecimento;
12. Memorial técnico descritivo contendo o projeto de dimensionamento Hidráulico e hidráulico, incluindo as referências das bases de outros utilizados para dimensionamento (hidráulico e Normas Técnicas). Utilizar uma prancha de dimensionamento o Tempo de Recorrência (TR) de no mínimo 6 (seis) anos e hidroclimáticos de 25 (vinte e cinco) anos. Deverá ser metodologia utilizada para o projeto hidroclimático e hidráulico, como por exemplo, método racional, Hidrograma Unitário Triangular, Fórmula de Manning, indicar a metodologia utilizada para cálculo da área de contribuição, tempo da concentração da bacia, etc;
13. Perfil Longitudinal do sistema de drenagem com indicação das cotas das coletores e perfil da terreno com indicação do ponto final de lançamento e as referências "cotas de fundo";
14. Caso haja necessidade deificação na canalização de pontos d'água existentes (rio, córrego ou "vaio"). Apresentar o projeto de canalização ou instalação aprovado pelo INEA. Caso contrário, o responsável técnico deve apresentar uma declaração, afirmando que não houve a instalação ou canalização;
15. Certificado ou Declaração de Serviço de Conservação e Serviços Públicos, atestando a viabilidade de ligação do sistema perfil de drenagem ao corpo público de drenagem urbana;
16. Nas situações esgotamento nos termos da Lei Municipal nº 2630/2008, apresentar o projeto das redes de coleta e/ou esgotamento de águas pluviais com as respectivas memórias técnicas descritivas e justificativas com a assinatura do responsável técnico;
17. APROVAÇÃO PARA SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETEA E FETRO)
- DOCUMENTOS GERAIS:
01. Requerimento preenchido e assinado pelo responsável técnico e representante legal;
02. Taxa de expediente paga (A3), se aplicável;
03. Cópia de identidade e do CPF do representante legal, com sua devida procuração original ou cópia autenticada, quando couber;
04. Carteira profissional do responsável técnico pela atividade acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo órgão de classe competente;
05. CNPJ do requerente;
06. Alvará válido;
07. Contrato Social/Última Alteração, se couber;
08. Escritura do imóvel ou documento similar ou Contrato de Locação do imóvel válido;

- III. Planta de localização (Google Maps) com o local de atividade indicado;
10. Certificado de Zonamento e Viabilidade ou projeto de arquitetura aprovado, emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo;
11. Declaração se há ou não cursos, rios, corpos d'água, assinada pelo responsável técnico. Em caso positivo, anexar Cartão Ambiental, emitido pelo INEA, informando a Faixa Marginal de Proteção;
- DOCUMENTOS ESPECÍFICOS:
12. Projeto contendo:
- planta baixa;
- perfil do sistema;
- corte;
13. Memorial descritivo;
14. Memorial de cálculo;
15. Declaração de Segurança de "Fundações e OBRAS" (segundo as normas de obras) instaladas na galeria pública de águas pluviais;
16. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Despacho de Subsecretário

- "AUTÓ DE INFRAÇÃO SMC Nº 0428
- DATA: 13/06/2021; AUTUADO: MAYARA COMERCIO E SERVIÇOS DE AUTOMOTORES LTDA. CNPJ: 06.913.368/0001-32; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 206/00001/2021;
- NOTA: DEFESA CONHECIDA E INDEFERIDA. MANTENDO-SE O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0428 LAVRADO, NO VALOR DE R\$ 12.850, 00 (DOZE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS). ASSIM, CONTAR-SE-Á, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO, O PRAZO DE 30 DIAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO CMRA, EM CUMPRIMENTO AO ART. 248, IV DA LEI 2.894/2011, C/C ART. 12 DA LEI 3681/2009. CASO NÃO CUMPRIDA OU IMPUGNADA A SANÇÃO FISCAL, CONTAR-SE-Á O PRAZO DE 30 DIAS PARA PAGAMENTO AMIGÁVEL DO CRÉDITO, ESQOTADO ESTE PRAZO, O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO A SMF PARA INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA, NOS TERMOS DO ART. 200 § 2º DA LEI 2.894/2011.

- "AUTÓ DE INFRAÇÃO SMC Nº 0427
- DATA: 13/06/2021; AUTUADO: MAYARA COMERCIO E SERVIÇOS DE AUTOMOTORES LTDA. CNPJ: 06.913.368/0001-32; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 206/00001/2021;
- NOTA: DEFESA CONHECIDA E INDEFERIDA. MANTENDO-SE O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0427 LAVRADO, NO VALOR DE R\$ 12.850, 00 (DOZE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS). ASSIM, CONTAR-SE-Á, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO, O PRAZO DE 30 DIAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO CMRA, EM CUMPRIMENTO AO ART. 248, IV DA LEI 2.894/2011, C/C ART. 12 DA LEI 3681/2009. CASO NÃO CUMPRIDA OU IMPUGNADA A SANÇÃO FISCAL, CONTAR-SE-Á O PRAZO DE 30 DIAS PARA PAGAMENTO AMIGÁVEL DO CRÉDITO, ESQOTADO ESTE PRAZO, O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO A SMF PARA INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA, NOS TERMOS DO ART. 200 § 2º DA LEI 2.894/2011.

- "AUTÓ DE INFRAÇÃO SMC Nº 0428
- DATA: 13/06/2021; AUTUADO: MAYARA COMERCIO E SERVIÇOS DE AUTOMOTORES LTDA. CNPJ: 06.913.368/0001-32; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 206/00001/2021;
- NOTA: DEFESA CONHECIDA E INDEFERIDA. MANTENDO-SE O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0428 LAVRADO, NO VALOR DE R\$ 12.850, 00 (DOZE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS). ASSIM, CONTAR-SE-Á, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO, O PRAZO DE 30 DIAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO CMRA, EM CUMPRIMENTO AO ART. 248, IV DA LEI 2.894/2011, C/C ART. 12 DA LEI 3681/2009. CASO NÃO CUMPRIDA OU IMPUGNADA A SANÇÃO FISCAL, CONTAR-SE-Á O PRAZO DE 30 DIAS PARA PAGAMENTO AMIGÁVEL DO CRÉDITO, ESQOTADO ESTE PRAZO, O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO A SMF PARA INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA, NOS TERMOS DO ART. 200 § 2º DA LEI 2.894/2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS

Ata de Sessão;

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

ATIVIDADES CULTURAIS - COMPRA, AQUISIÇÃO E LICENCIAMENTO DE PRODUTOS CULTURAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO SMC 240/00001/2021

A Prefeitura do Município de Niterói (PMN), por meio da Secretaria Municipal das Culturas (SMC), torna público o conjunto de normas que regulamentam o processo de contratação e seleção da Chamada Pública SMC 01/2021 - Atividades Culturais - Compra, Aquisição e Licenciamento de Produtos Culturais, com inscrições gratuitas à serem realizadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço www.culturadecidade.com.br, que estarão abertas a partir das 10h do dia 01 de julho de 2021 até as 18h do dia 15 de agosto de 2021.

A Chamada Pública e seus anexos estão disponibilizados no endereço www.culturadecidade.com.br

Informações: Secretaria Municipal das Culturas - SMC, situada à Rua Presidente Pedreira, 98, Inga, Niterói / RJ. E-mail: atencao@culturas.niteroi.rj.gov.br

EXTRATO CONTRATUAL SMC Nº 040/2021

INSTRUMENTO: Termo jurídico SMC Nº 00080/2021/2021

PARTES: O Município de Niterói (representado pela Secretaria Municipal das Culturas e Representante), e a Associação de Niterói (representada pela Associação de Niterói Econômica do Setor Cultural - SMC 02/2020) referente a proposta: Manutenção do EGO terceirizado na categoria Programação, Manutenção e/ou Adequação de Espaços Culturais, a fim de fomentar as empresas e organizações privadas do setor artístico-cultural. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua assinatura. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: P.F. nº 41.01.13.382.0145.7777, Código da Despesa 339030, Fonte 138, Nota de Empenho nº 000877. FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 3545, de 22 de outubro de 2020, Processo Administrativo nº 240/0040/2020 e 240/00000/2021. Chamada Pública de Reditos Econômica do Setor Cultural - SMC 02/2020. DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2021.

EXTRATO CONTRATUAL SMC Nº 00049/2021/2021

PARTES: O Município de Niterói (representado pela Secretaria Municipal das Culturas e Associação Porto ORG), e a Associação de Niterói (representada pela Associação de Niterói Econômica do Setor Cultural - SMC 02/2020) referente a proposta: Ofertas de Introdução a Cadeia Audiovisual NA BEM selecionada na categoria Ofertas e Cursos Livres, a fim de fomentar as empresas e organizações privadas do setor artístico-cultural. PRAZO: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura. VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: P.F. nº 41.01.13.382.0145.7777, Código da Despesa 339030, Fonte 138, Nota de Empenho nº 000877. FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 3545, de 22 de outubro de 2020, Processo Administrativo nº 240/0040/2020 e 240/00000/2021. Chamada Pública de Reditos Econômica do Setor Cultural - SMC 02/2020. DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2021.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ATA COQUALI

Ata de Sessão de 17 de junho de 2021 e 18 de junho de 2021, na sede da Procuradoria-Geral do Município, situada na Rua Visconde de Sepúlveda, nº 987, 7º andar, Centro - Niterói, e Comissão de Qualificação de Organizações Sociais (COQUAL) da Prefeitura de Niterói, com o intuito de deliberar a respeito da complementação dos documentos referentes aos pedidos de qualificação à Fundação Municipal de Saúde. Presentes a Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Manoel Menezes, o Sr. Subsecretário Municipal de Esportes e Lazer, Dr. Roberto Viana, a Dra. Sônia Maria Briz Pereira, representante a Procuradoria-Geral do Município, Dr. Thiago Ribeiro, representante a Secretaria Municipal de Educação, Dr. Antônio João Dias e Dra. Suelen Trindade, representando a Fundação Municipal de Saúde. Decidiu-se pelo deferimento dos requerimentos das seguintes interessadas: VIVA NO; INSTITUTO ÁGUA AÇÃO CIDADÃ CIDADANIA QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL; INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. Quanto ao recurso apresentado pelo INSTITUTO MULTI GESTÃO (IMG), o mesmo foi indeferido. Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, determinando, ainda, a publicação, no Diário Oficial do Município, em forma de deliberação, do resultado, devidamente motivado, do pedido de qualificação.

DELIBERAÇÃO COQUAL Nº 13, de 17 de junho de 2021

Divulga o Resultado das Requerimentos de Qualificação como Organização Social discriminada a Fundação Municipal de Saúde de Niterói

A COMISSÃO DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (COQUAL), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.894/2011 e o Decreto Municipal nº 11.101/2012 e postando as seguintes:

1 - Divulga o resultado das Pedidos de Qualificação como Organização Social discriminada a Fundação Municipal de Saúde de Niterói

1 - VIVA NO	X
2 - INSTITUTO ÁGUA AÇÃO CIDADÃ CIDADANIA QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL	X
3 - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	X
4 - INSTITUTO MULTI GESTÃO	Indeferido

2 - A integral da decisão acerca dos Pedidos de Qualificação encontra-se disponível para consulta na Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizada na Rua Visconde de Sepúlveda, nº 987, 7º andar, Centro, Niterói/RJ, devendo ser consultada previamente no horário de atendimento devido a possíveis alterações em virtude da pandemia.

3 - As Requerimentos cujos pedidos de qualificação tenham sido indeferidos, incluindo aqueles que tenham apresentado de forma incompleta a documentação discriminada no art. 2º da Lei 2.894/2011, poderão requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas as exigências da Lei Municipal nº 2.894/2011 e do Decreto Municipal nº 11.101/2012.

4 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

necessários ao funcionamento dos equipamentos, exceto papel, treinamento do pessoal e parecimento da impressões por meio de vendas dos usuários. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 21.384,00 contra a um mil e oitocentas e oitenta e quatro reais. **VERBA:** Programa de Trabalho nº 2543-10-301-0133-4047. Código de Empresa nº 33-80-30-100. Fonte nº 207. Nota de Empenho nº 000335/2021. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.066/90, bem como o processo administrativo nº 2000305/2017. **DATA DE ASSINATURA:** 25 de março de 2021.

EXTRATO Nº 63/2021

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 32/2021. **PARTE:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Associação da Pais e Amigos dos Deficientes de Ajudia (APADA); **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a renovação do prazo de vigência do Convênio nº 11/2020, que tem por objeto a utilização dos recursos financeiros repassados e título de emenda parlamentar, constante inscrita na Portaria GM/MS nº 488 de 23 de março de 2020, para cobrir despesas com o custeio da CONVÊNIENTE, em conformidade com o previsto na Portaria GM/MS nº 725 de 09 de abril de 2020 e de acordo com a Plano de Trabalho Aprovado pela CONGEESENTE. **PRAZO:** 02 (dois) meses, a contar da data da assinatura. **VALOR TOTAL:** Não haverá transferência de recursos, uma vez que se trata de renovação do prazo (destinação à utilização dos recursos financeiros repassados a título de emenda parlamentar. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.066/90, bem como o processo administrativo nº 2000322/2020. **DATA DE ASSINATURA:** 19 de maio de 2021.

EXTRATO nº 64/2021

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 33/2021. **PARTE:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a União das Cidades do Brasil. **PARTE QUE ASSINARAM O INSTRUMENTO:** Rodrigo Alves Torres (Niterói) e Rosa Joaquina Pinheiro Cardozo; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa (supressão) do Contrato nº 11/2018, que tem por objeto a contratação de instituição especializada na prestação de serviços de operação em câmara escura nas seguintes Unidades: Unidade da Emergência Maria Madalena (UMMA), Hospital Municipal Carlos Toribio (HMC), Hospital Ordon de Freitas (HOF), Patórnica de Especialidades Rivas Pimenta (RPS), Instituto Regional da Lagoa da Ilha (Ir. Jose Francisco C. Nunes Filho (SPA Lago da Baía), do contumidade sobre o Termo de Referência. **VALOR TOTAL:** R\$ 940.944,14 (novecentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos). **VERBA:** Programa de Trabalho 2543-10-302-0133-4052 e 2543-10-301-0133-4047. **Programa das Despesas:** 31-90-34-00. **Fonte de Recursos:** 307. **Nota de Empenho:** 000476/2021 e 000477/2021. **FUNDAMENTO:** Dispensa de licitação, art. 24 da Lei nº 8.066/90, bem como o Processo Administrativo nº 20214708/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 17 de junho de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO CONVOCÇÃO DO 7º COLOCAÇÃO

A Comissão Permanente do Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos interessados interessados ao Pregão Eletrônico de acordo com as informações abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO — Nº 56/2020

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSETICIDAS, LARVICIDAS, RATICIDAS E ALCOOL ISOPROPÍLICO, PARA CONTROLE DE PRAGAS E VETORES NO MUNICÍPIO DE NITERÓI referente ao Item 4.

DATA DA REALIZAÇÃO: 09/07/2021

HORA: 18h; **LOCAL:** COMPASNET; **PROCESSO Nº:** 20015226/2019

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou no FMS - Niterói

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

CLIQUEI DO PREGÃO

AVISO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 60/2021 COM BRP

O Pregão, no uso de suas atribuições, informa que a Sessão Pública de realização do Pregão acima, será no dia 14 de Julho de 2021, às 14:30h no Auditório Amauri Pereira, situado na Rua Visconde de Uruguay nº 414 - Centro - Niterói-RJ. O presente

Pregão tem por objeto aquisição de bolões de gás para o uso das Unidades Escolares de Educação Fundamental das Cidades Comunitárias e das Unidades Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação para sistema de Registro de Preço, conforme especificações anexadas ao Projeto Orçário e do Termo de Referência. O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico <http://www.educacaoniteroi.com.br>, e com envio do recibo de retirada para o email pregao@educacaoniteroi.com.br

TERMO ADITIVO Nº 014/2021

Instrumento: Termo Aditivo Nº 014/2021 ao Contrato 035/2014. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a OLIMAR ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do Contrato 035/2014 de locação do imóvel situado à Rua Visconde de Uruguay, nº 306, Centro, Niterói/RJ, conforme contratação do Departamento Administrativo/FME, de fls. 521. **Processo Administrativo Nº 21014102/2011. Da Parte:** O prazo da renovação prevista na cláusula primeira será de 12 (doze) meses, a contar de 24/07/2021 com renovação prevista em 24/07/2022. **Do Valor:** O valor total do presente Termo Aditivo é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), sendo empenhados inicialmente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o restante à conta do Programa de Trabalho Nº 20-43-12-122-0145-4191 Código de Despesa: 33.3.50.30.90.00.00. **Fonte:** 209. **Nota de Empenho:** 000360/2021. **Fundamento:** Lei nº 8.245/91. **Processo Administrativo:** 21014102/2011. **Data da Assinatura:** 18/06/2021.

INTERIO PREY

Despacho do Presidente

PROCESSO Nº 31000073/2021 - Nº 21000035/2021 - INTERIO PREY

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

PORT. Nº 881/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, LUCAS DA CRUZ PORTO para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 7, em vaga decorrente da dispensa de Mano Paes Leme da Mota.

PORT. Nº 344/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, ALBERTO TEIXEIRA GOMES para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 3.

PORT. Nº 909/2021 – Tornar insubsistente a portaria de nº 877/2021, publicada em 07 de Maio de 2021.

PORT. Nº 901/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, MARIANA CRISTINA GUEDES BARROS JACOB para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 18, em vaga decorrente da dispensa de Oscar Rodrigues.

PORT. Nº 903/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, VIVIANE NUNES DE ALMEIDA para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 4, em vaga decorrente da dispensa de Karoline Barreto Nogueira.

PORT. Nº 901/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, GABRIELA GARCIA VIDAL para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 4, em vaga decorrente da dispensa de Alberto Pereira.

PORT. Nº 132/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, ALBERTO TEIXEIRA GOMES para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 4, em vaga decorrente da dispensa de Alina Gonçalves Santana.

PORT. Nº 834/2021 – Designar a contar de 01/07/2021, GIOVANA BASTOS DE FREITAS para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 18, em vaga decorrente da dispensa de Marthaux Grum da Cunha.



Prefeitura de

RIO BONITO

ATO HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 700/2021

Homologa o resultado da Licitação por PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021, cujo objeto é a locação de 05 (cinco) impressoras multifuncionais laser, para uso da Procuradoria Geral do Município, por período de 12 meses, tendo sido vencedora a empresa SFI SERVIÇOS, COMERCIO E ASSESSORIA LTDA ME, totalizando o valor de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais).

Rio Bonito, em 30 de junho de 2021.

Júlio Cesar Maia dos Santos
Procurador Geral do Município
Mat. 8969083



ENEL

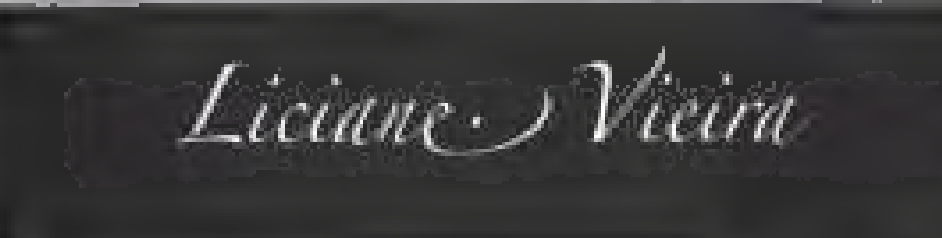
DESENVOLVIMENTO PRESENCIAL

Atividade para preservação ambiental e fornecimento de energia elétrica e especificações para instalação de minitorres na rede elétrica. Durante o período de instalação, serão fornecidos os serviços de manutenção, incluindo a instalação de equipamentos elétricos que são necessários para garantir a qualidade do fornecimento de energia no sistema elétrico.



Data: 09/07/2021

Atividade	Valor	RIO BONITO	Valor
12:00 às 14:00	15578247	Instalação de minitorres e fornecimento de energia elétrica - Rio Bonito	15578247
14:00 às 16:00	15578247	Instalação de minitorres e fornecimento de energia elétrica - Rio Bonito	15578247
16:00 às 18:00	15578247	Instalação de minitorres e fornecimento de energia elétrica - Rio Bonito	15578247
18:00 às 20:00	15578247	Instalação de minitorres e fornecimento de energia elétrica - Rio Bonito	15578247

Responsável: João Vitor, responsável técnico.



Liciane Vieira



Perfil em Avaliação: Indivíduo e Empresarial

Cadastrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

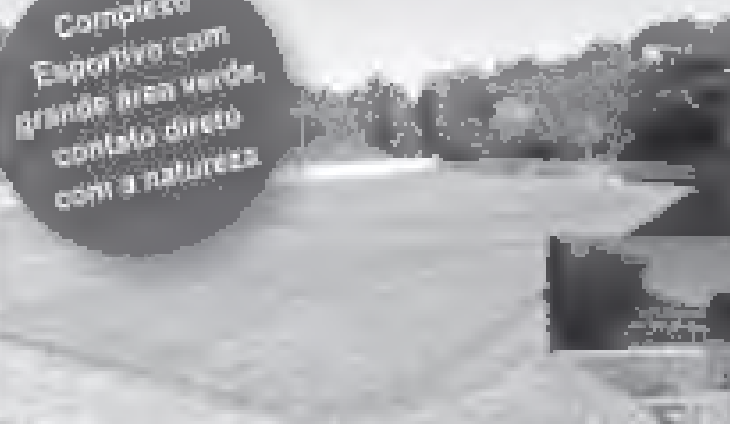
Corretor de Imóveis

Consultoria na Área Mercadológica

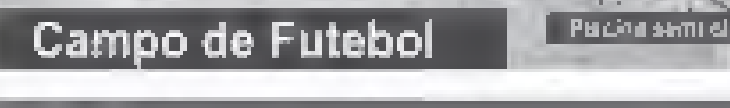
Escritório (21) 2628-2472 (21) 99971-3479

liciane.vieira@gmail.com

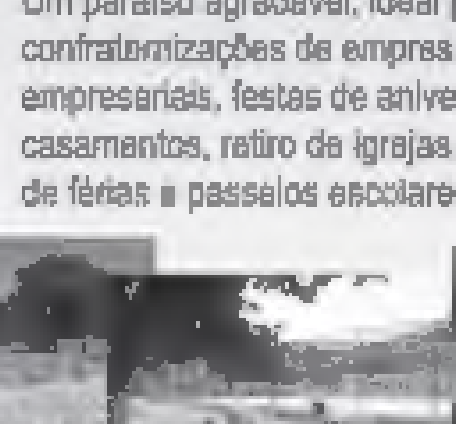
Completo Esportivo com grande área verde, contato direto com a natureza



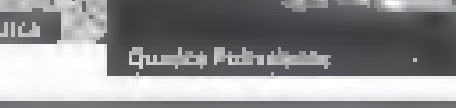
Campo de Futebol



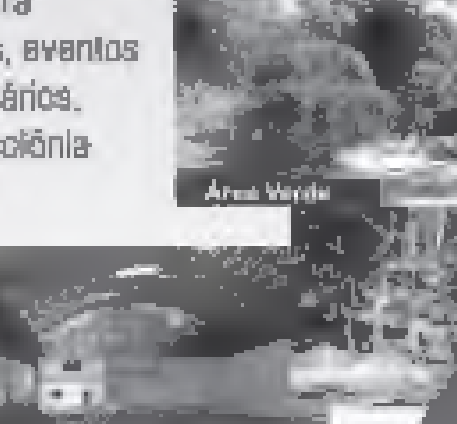
Piscina semi olímpica



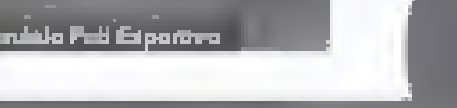
Quadra Polivalente



Grande Hall Esportivo



Área Verde



Reserva a preços especiais para festas de fim de ano

Um paraíso agradável, ideal para confraternizações de empresas, eventos empresariais, festas de aniversários, casamentos, retiro de igrejas, colônia de férias e passeios escolares

99255-4181

Churrasqueira, Academia, Sala de Lutas, Ginásio, Vestiários, Excelente área para caminhadas



FORMEDI

material hospitalar



CADEIRA DE RODAS em alumínio aeronáutico, pintura em epóxi, estofamento em nylon acolchoado e almofada espuma injetada. Rodas em alumínio com pneus travelox infláveis.



CADEIRA DE BANHO dobrável com pintura eletrostática epóxi.



ANDADOR de alumínio, dobrável e articulável, com 3 barras. Capacidade 100 kg.



BENGALA DE 4 PONTAS com altura ajustável. Capacidade 100 kg.



MULETA CANADENSE articulada, em alumínio e altura regulável.



MEDIDOR DE GLICOSE free Life - acompanha: 10 tiras reagente, 10 lancetas e 01 lancetador a bolca para acondicionament. Capacidade 100 kg.



ELETROESTIMULADOR Tens alivia já Gtech Combate as dores relacionadas a: Dores Musculares

• Dores Lombares

• Osteoartrites

• Tendinites

• Cólicas Menstruais

•

CÂMARA APROVA PL QUE CRIA O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER

Divulgação

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer, que tem o objetivo de promover condições iguais de acesso a tratamentos. Texto segue para análise do Senado.

Segundo o substitutivo apresentado pelo deputado Igor Timo (Podemos-MG) em nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), com o estatuto se torna obrigatório o atendimento integral à saúde da pessoa com câncer por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), na forma da regulamentação.

O atendimento integral inclui, entre outros procedimentos, assistência médica e psicológica, medicamentos e atendimentos especializados, inclusive domiciliares, além de tratamento adequado da dor, atendimento multidisciplinar e cuidados paliativos.

O texto lista como direitos fundamentais da pessoa com câncer a obtenção de diagnóstico precoce; o acesso a tratamento universal, equi-

nimo e adequado e a informações transparentes e objetivas sobre a doença e o tratamento.

O paciente deverá ter direito ainda à assistência social e jurídica e a prioridade de atendimento, respeitadas outras como para idosos, gestantes e pessoas com deficiência e emergências de casos mais graves.

Será incluído entre os direitos de prioridade o acolhimento pela própria família em detrimento de abrigo ou instituição de longa permanência, exceto para os egressos.

O Estatuto da Pessoa com Câncer também atribui ao Estado o dever de desenvolver políticas públicas de saúde específicas voltadas à pessoa com câncer, das quais devem resultar, por exemplo, ações e campanhas preventivas; acesso universal, igualitário e gratuito aos serviços de saúde; e processos contínuos de capacitação dos profissionais que atuam diretamente nas fases de prevenção, diagnóstico e tratamento da pessoa com câncer.



APROVADA INCLUSÃO DE FAMÍLIAS DO CADÚNICO NA TARIFA SOCIAL DE ENERGIA

O Senado aprovou ontem um projeto de lei (PL) que facilita a inclusão de famílias de baixa renda entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Atualmente, os interessados devem procurar as concessionárias de energia elétrica para pedir o benefício. O projeto propõe a inclusão automática na Tarifa Social dos inscritos no CadÚnico, o cadastro único para programas sociais do governo federal. O projeto vai agora à Câmara.

A Tarifa Social de Energia Elétrica concede descontos de até 65% no pagamento das contas de energia, dependendo da faixa de consumo. Quem consome até 30 kilowatt-hora (kWh) têm 65% de desconto. As residências que consomem entre 31 kWh/mês e 100 kWh/mês recebem desconto de 40% na conta. Já quando o consumo fica entre 101 kWh/mês e 220 kWh/mês, o desconto concedido é de 10%.

Para o autor do projeto, o deputado André Ferreira (PSC-PE), fa-



Divulgação

mílias com direito garantido ao desconto acabam não tendo acesso ao benefício por falta de informação. O relator do texto no Senado, Zequinha Marinho (PSC-PA), entendeu que a administração pública precisa de tempo para aplicar a medida, por isso ela só entra em vigor 120 após sua aprovação no Congresso Nacional. Segundo o relator, 11 milhões de residências são beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

Os senadores aprovaram uma emenda que estende o benefício àqueles que residem em empreendimentos habitacionais de interesse social, caracterizados como tal pelos Governos municipais, estaduais ou do Distrito Federal ou pelo Governo Federal. Incluem-se nesse grupo as moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Casa Verde e Amarela. Por causa da aprovação dessa emenda, o projeto, originado na Câmara, teve que voltar para nova apreciação dos deputados.

MEDIDA QUE FACILITA ACESSO A CRÉDITO É SANCIONADA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a Medida Provisória 1.028/2021, que facilita o empréstimo a clientes de bancos. De acordo com o texto, as instituições financeiras públicas e privadas ficam dispensadas de exigir documentação de regularidade fiscal para aprovar o crédito. A medida vale até 31 de dezembro de 2021.

A MP, de iniciativa do governo federal, foi aprovada pelo Senado no início do mês. O texto original da medida concedeu as facilidades até 30 de junho, mas esse prazo foi prorrogado pelos deputados até o fim de dezembro. Além disso, a proposta original do governo era flexibilizar as regras apenas para bancos públicos, mas a Câmara estendeu também às instituições financeiras privadas, o que foi mantido pelos senadores. A ideia é facilitar o crédito a empresas e pessoas físicas em um período de crise econômica provocado pela pandemia.

Entre os documentos que não serão cobrados de empresas e pessoas físicas estão a comprovação de quitação de tributos federais, a certidão



Divulgação

negativa de inscrição na dívida ativa da União, a certidão de quitação eleitoral, a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e a comprovação de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para os tomadores de empréstimo rural.

Será dispensada também a consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) para as operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos. Já as certidões negativas de débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) continuam sendo obrigatórias, já que se trata de uma

determinação da Constituição.

A MP mantém a obrigatoriedade de que esses estabelecimentos de crédito encaminhem à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a cada três meses, a relação de operações novas e renegociadas envolvendo verbas públicas, com a indicação de beneficiários, valores e prazos contratuais.

CÂMARA DO RIO CASSA POR UNANIMIDADE O MANDATO DO DR. JAIRINHO

O plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro cassou, por unanimidade, o mandato do vereador Jairo Santos Souza Júnior, conhecido como Dr. Jairinho, por quebra de decoro parlamentar. E a primeira vez na história que um parlamentar é cassado na Câmara carioca.

Dr. Jairinho é acusado na Justiça pela morte do embaixador, o menino Henry Borel, de 4 anos, no dia 8 de março. Investigações policiais apontam que o menino foi espancado em casa pelo padrasto. Ele está com a prisão preventiva decretada pela Justiça desde o dia 8 de abril, junto com a mãe do menino, Monique Medeiros.

Por decisão unânime, após indícios suficientes de envolvimento na morte do menino Henry, a peça conclui a presença de elementos suficientes para apurar a conduta incompatível com decoro parlamentar. Não restou alternativa a esta Casa que não fosse a instauração para investigar a quebra de decoro", avançou o relator do processo na Comissão de ética e Decoro Parlamentar, o vereador Luiz

Ramos Filho (PMN).

Ramos Filho ao ler o relatório disse que o pedido de cassação foi baseado nos resultados da perícia técnica e depoimentos prestados à polícia. "Jairinho responde por homicídio triplamente qualificado, tortura e agressões contra o menino Henry".

O vereador Chico Alencar (PSOL), que também faz parte da Comissão de Ética, disse que o que foi votado é se houve quebra de decoro. "Jairinho cometeu abuso de poder, tráfico de influência e mentiu quando disse que o pequeno Henry caiu da cama, o que foi desmentido pela perícia técnica".

O advogado Berilo Martins tinha duas horas para falar sobre seu cliente, mas não usou o tempo todo dedicado à defesa do Dr. Jairinho. Ele traçou um perfil do político dizendo que ele sempre foi uma pessoa dócil, gentil e amável. Citou as reeleições do parlamentar e que "na zona oeste, seu reduto eleitoral, como os bairros de Bangu, Realengo e Padre Miguel, ele ainda tem crédito com a população".